

SIDÓNIO NA LENDA

D. ANTÓNIO DE ALBUQUERQUE

Edição de
Cátia Rodrigues
Olga Santos
Patrícia Marques
Renata Lins

Coordenação de Ângela Correia

**BIBLIOTRÓNICA
PORTUGUESA**

Lisboa
2015

ÍNDICE

Nota editorial

Sidónio na lenda

Sidónio na origem

Sidónio megalómano

Sidónio conspirador

Sidónio pacifista

Sidónio ditador

Sidónio diplomata

Sidónio orador

Sidónio morto

Tragi-comédia

Palavras de dois notáveis homens de letras a respeito de José Júlio da Costa, executor de Sidónio

Nota editorial

António de Albuquerque nasceu em Viseu, a 11 de Março de 1866, e faleceu em Sintra, no ano de 1923. Passou grande parte da juventude em Paris.

Publicou os poemas «Arco-Íris» e «Maria Teles», os romances *Escândalo!* (1904), *O Marquês da Bacalhoa* (1908), *A Execução do Rei Carlos* (1909), *O Solar das Fontainhas* (1910) e, por último, o estudo crítico *Sidónio na Lenda* (1922). Escreveu também o prefácio do livro *Morte Civil* (1914), de Gomes de Carvalho, e traduziu a obra de Claude Farrère, *Les Civilisés* (1906).

Escolhemos reeditar *Sidónio na Lenda* em suporte eletrónico, por um lado por se centrar na figura de Sidónio Pais, militar, político português e presidente da República no início do século

XX; por outro lado, por o assinar António de Albuquerque. Este autor, atualmente pouco conhecido, foi uma figura polémica do seu tempo, quer pelas obras, quer pelas ideias e modo de vida .ⁱ

O livro-fonte

Reeditamos aqui a primeira e única edição desta obra, datada de 1922. A capa exhibe uma ilustração de autor não identificado, onde os sinais de importância social contrastam com a caveira, que simboliza a efemeridade humana.

Na folha de guarda do livro-fonte imprimiu-se uma lista de obras do autor já publicadas e de obras cuja publicação se previa «PARA BREVE»: *A Herança dos Bacalhôas* (romance) e *Do Arsenal ao Limoeiro* (memórias).



Capa da primeira e única edição em papel.

Na folha de rosto, segue-se à indicação do título a classificação da obra como «Estudo Crítico». O nome do autor consta também da folha de rosto, precedido do título «D.» e seguido de uma informação que pretendia sublinhar a notoriedade do nome: «Autor do "Marquês da Bacalhôa"»”.

Também a identificação completa da casa editora se oferece na folha de rosto, depois de uma pequena gravura que funcionaria como logotipo da casa: «Lymen / Empresa Internacional Editora / Lisboa – Porto _ Coimbra / Sede – 182, Rua do Ouro, 1988». A data – 1922 – termina esta sequência de informações.

Sobre a folha de rosto foram posteriormente feitas diversas inscrições. Há um carimbo da Biblioteca Nacional de Lisboa e outro indicando «DEP. LEG.»; o carimbo do número de cota

(80316), precedido da inicial «R.», e, escrito a lápis azul, outra cota: «L 5523».

No verso da folha de rosto, além de novo carimbo da Biblioteca Nacional de Lisboa, lê-se em rodapé a seguinte informação:

Composto e impresso nas
oficinas da "LVMEN"
Rua Ferreira Borges, 103 a
111 – Coimbra

Critérios de redição e normas de transcrição

Esta reedição fez-se a partir do exemplar da primeira edição de *Sidónio na Lenda*, que se encontra disponível em fotografias na Biblioteca Nacional Digital.

Nesta transcrição, o índice, que se encontra no final do livro-fonte, foi colocado no início da obra, com hiperligações que levam à primeira página de cada capítulo. Neste lugar, há também uma hiperligação que permite o regresso ao índice.

Foram adotadas as seguintes normas no processo de transcrição:

- as características ortográficas foram conservadas;
- os tamanhos e tipos de letras foram alterados;
- foi mantido o itálico nas palavras que assim se encontravam no exemplar;
- foi eliminado o duplo espaçamento entre palavras e sinais ou pontuação que se encontram por vezes no livro-fonte;

- não foram incluídas as páginas em branco que, na edição transcrita, precediam cada início de capítulo;
- foram mantidos os asteriscos e os pontos que dividem algumas partes, ao longo do texto.
- As listas de obras do autor, já publicadas e a publicar, não se reproduzirem, bem como se eliminaram todas as informações relacionadas com a impressão do livro em papel.

SIDÓNIO NA LENDA
ESTUDO CRÍTICO
POR
D. António de Albuquerque
AUTOR DO
«Marquês da Bacalhôa»

Êste livro, escrito ha mais dum ano e que só agora lanço à publicidade, pelas imensas dificuldades com que travei luta e me venceram para a sua imediata publicação, visa apenas o estudo do homem público, ditador e revolucionário, que de direito pertence ao crítico e ao historiador.

Se, muito ao de leve, me refiro a algumas pessoas da família de Sidónio Pais é apenas para demonstrar a sua degeneração e desequilibrio atávicos; e isso mesmo o faço com constrangimento e por absoluta necessidade.

Sidónio na lenda

A tradição legou-nos lendas que piedosamente se devem guardar, como exemplos magníficos dos grandes caracteres dos tempos idos, para que eles inspirem às gerações modernas ideas de grandeza, de abnegação, de generosidade e de civismo.

São elas engrandecidas pela melancólica poesia com que os seus propagandistas as legaram, para, nesse quadro de encanto e de sonho, mais perduráveis se tornarem, constituindo, por assim dizer, um património nacional.

Entre muitas, lembrarei a de Jeanne d'Arc, a de Santa Teresa de Jesus, a da rainha Santa Isabel com as suas rosas perfumadas, a de Cristo com a sua paixão e milagres, a de Sansão, a da batalha de Ourique e a de Fra Angélico a quem as anjos roubaram o pincel, para com uma luz

ideal dourarem as cabeças dos seus piedosos personagens.

Mas, se estas adoráveis visões do passado se devem venerar e conservar, outras se pretendem criar por sectarismo, interêsse grosseiro ou credulidade imbecil duma determinada multidão, que devemos matar logo à nascença como aleijões prejudiciais, capazes de perverter toda uma geração ingénua e confiante na mentira com que vestiram o falso ídolo a quem pretenderam dar um engrandecimento póstumo.

A esses esbôços de personagens pretendentes a uma imortalidade que não vinga, apesar dos esforços dos seus acólitos, sugestionáveis cronistas e admiradores, pertence actualmente o ex-Presidente da República Portuguesa, Sidónio Pais, cujo vulto, após a morte, pareceu tomar as proporções colossais dum cavaleiro do Graal; tal foi a loucura que acometeu repentinamente a

maioria da sociedade portuguesa há tanto dementada, subserviente e incultamente crédula.

– Um fenómeno de *loucura* colectiva – comentou na rua Augusta, à passagem do entêrro, o talentoso advogado e jornalista Cunha e Costa que, à última hora, se transformou em cronista – bastante parcial, valha a verdade – do falecido presidente Sidónio Pais.

Nunca eu pegaria na pena com o desassombro do escritor que diz sempre o que pensa, sem receios nem preocupações políticas de espécie alguma, se não fôssem as atoardas e as ridículas e exageradas mentiras com que, últimamente, se tem querido transformar em herói impecável, *sans peur et sans reproche*, um vulgar aventureiro que, mercê do acaso, do especial ambiente duma sociedade sem energia, inactiva e inculta, vivendo apenas do ódio à demagogia democrática, tomou conta do poder

por um acto impulsivo de ousadia astuta, servindo-se de elementos que o acompanharam, não por ideal ou crença nêsse chefe da última hora, mas apenas por ância de lucro e cobardia, como o provaram alguns regimentos que saíram dos quartéis para a Rotunda aos gritos de «abaixo a guerra!», «viva a República!», devendo notar-se que a maior parte dos oficiais que comandavam essas tropas eram monárquicos convictos que, a seu turno, desejavam aproveitar essa oportunidade para proclamarem a monarquia e atraçoarem Sidónio Pais, se é que êle os não acompanhava na traição! Impediu apenas a realização de tal facto a notícia, chegada à Rotunda, de que Machado Santos avançava sôbre Lisboa, para apoiar a revolução, à testa de 8:000 soldados que conseguira revoltar nas Beiras. Os ataques violentos do largo do Rato, rua Nova da Palma e avenida Almirante

Reis, efectuados por grupos civis é que tiveram por efeito a destruição das fôrças de marinha que marchavam contra a Rotunda, esfriaram o entusiasmo bélico dos monárquicos, volvendo-os passivos instrumentos do ambicioso aventureiro.

Uma outra razão que me leva a falar num morto, a quem nem uma só parcela de ódio votei, é a especulação política que em tôrno da sua memória se urdiu, pondo a capital e a província continuamente em sobressalto, reputando, pois, de perigosíssimo o falso engrandecimento do morto, que nenhuma herança política legou para que autorize umas dúzias de indivíduos, obcecados pela sua memória, a criarem um partido denominado presidencialista.

É indiscutível, pois, que Sidónio Pais se aproveitou da cobardia de alguns regimentos, a quem a idêa do *front* horrorizava, para, sob a promessa formal de os não enviar para os

campos de batalha, os levar a ajudá-lo a realizar o seu famoso golpe de Estado. Lastimável cegueira a que induziu Sidónio Pais a praticar tal crime, apenas explicável pela ambição de derrubar a odiosa Demagogia!

Convém notar que o estado de guerra era facto consumado e que nêsse momento obstar à partida de tropas frescas para França representava uma traição à Pátria e uma crueldade contra aquêles que há mais dum ano combatiam os alemães.

A realização do fim não justifica, muitas vezes, os meios empregados pelo vencedor, sobretudo quando tais meios teem por efeito desmoralizar e acanalhar uma parte integrante da sociedade.

Uma outra razão que inspirou Sidónio Pais a tornar-se o chefe supremo da revolução foram as indecisões notórias e pusilâimes de Brito

Camacho e de alguns dos seus marechais, a quem a chefia do movimento fôra oferecida e que a recusaram.

A causa, porém, fundamental do rápido engrandecimento do herói de pechisbeque gerou-a o histerismo lascivo das mulheres, de quem Sidónio se tornara o ídolo ambicionado e temido, graças à sua velha reputação de irresistível sedutor de fêmeas, semeando paixões, desgraças e ciúmes, não poupando sequer as espôsas dos seus condiscípulos de Coimbra, espécie de D. Juan das tricanas da alta e das burguezinhas da baixa.

Esta tristíssima fama foi-lhe grangeada por uma escandalosa aventura, que dissolveu uma família e foi causa dos maiores tormentos e desgraças.

A imobilidade da sua face de degenerado, o fino bigode à *kaiser*, o frio olhar impenetrável e

uma certa elegância no andar, apaixonara lascivamente todas as fêmeas atacadas de lúbrico histerismo. Depois êle – dizia-se à bôca pequena entre sorrisinhos de cubiça – era um forte, um incançável nas lides do amor! Qual seria, pois, a mulher que não pretendesse experimentar a sua virilidade de másculo?

Eis como nasceu a lenda do mártir Sidónio Pais, actualmente repousando – não se sabe bem por que méritos e por que razões – no Panteon dos Jerónimos, ao lado de Afonso de Albuquerque, de Camões e de Herculano...

E não estremecem os manes de tão grandes homens! Pois o cadáver não estaria melhor num simples jazigo familiar?

Antevejo, nêste momento, a sombra gloriosa de Mousinho de Albuquerque, o homem que no penúltimo reinado, num período de deprimente decadência da sociedade portuguesa, conseguiu

que, como outrora, todos os príncipes europeus saùdassem com espanto um notável feito de armas dos portugueses em África, êsse homem recebido em todas as côrtes da Europa com as maiores honras, a quem o orgulhoso *kaiser* considerava como o mais notável estratégico das guerras de África, Mousinho que a Portugal entregava o reino de Gaza, introduzia uma nova maneira de administrar colónias, extinguiu o *déficit* em Moçambique provocando até um aumento de receita que ultrapassava as despesas da província, Mousinho em cuja farda brilhavam as mais notáveis grã-cruzes e condecorações do mundo, Mousinho ferido em pelejas, e honestamente pobre, poeta, escritor impecável, fidalgo de raça, – e pergunto a mim próprio, ao invocar tão altivo vulto, quando será que o povo português, grato ao seu ardente patriotismo, fará justiça aos seus raríssimos méritos e conduzirá os

seus gloriosos restos, ao som do canhão, por entre palmas e aclamações, ao Panteon dos portuguezes que, como êle, tudo mereceram da Pátria, levando dêsse lugar austero, para particular recinto de paz, aquêle que por demência própria duma sociedade falida para ali foi conduzido com a ridícula pompa que só dementes poderiam imaginar. Oito dias troaram os canhões de meia em meia hora, do sol nascente ao ocaso, e três dias durou a farândola de histéricas, alucinadas e escravas do coito, a contemplarem os restos dum homem que nada fizera de grande em vida e nenhuma herança legara aos seus subservientes lacaios. A sua acção política fôra apenas a dum dissolvente, terminando por desorganizar uma sociedade e vilipendiar, aos olhos dos estrangeiros, o nome da Pátria.

Sidónio na origem

A família de Sidónio é oriunda de Marrocos, motivo por que seu pai se assinava Bernardino Sidónio Cardoso *Marrocos* da Silva Pais e o seu avô usava igual apelido de Marrocos que o falecido presidente abandonou, naturalmente, por lhe não agradar tal origem. Assim se explica, por natural atavismo, o caracter impulsivo do descendente dos berberes, degenerada raça de pretoides, conhecida desde a mais alta antiguidade. Sidónio era, porém, um civilizado, sabendo disfarçar, pela impenetrabilidade fisionómica, os seus ferinos instintos.

Seu pai, que era natural de Caminha, morreu na vila da Certã, onde era tabelião.

Um seu tio, que se ordenou em Braga e gosou fama de grande prègador, morreu no Brasil atacado de demência, sendo a sua monomania a oratória sagrada recitando por toda

a parte sermões, compostos por êle, dum misticismo exagerado.

Era, como seu irmão Bernardino, filho legítimo de Bernardo José Pais Marrocos, natural de Barcelos e tabelião em Caminha, terra natal do futuro presidente, que, após cursar matemáticas, foi nomeado lente, reitor da Universidade, ministro em Berlim, e, por último, chefe de Estado da República, comandante das tropas de terra e mar de Portugal, por mercê do mais favorável e também do mais criminoso dos acasos! E facto curioso, é que Sidónio, afastado desde estudante da vida militar, homem entregue exclusivamente a um estudo assíduo das múltiplas combinações dos números, nos apparecesse repentinamente transformado num notável cabo de guerra, que obriga dois conhecidos chefes militares – Norton de Matos e Leote do Rêgo – a fugir diante das suas falanges

aguerridas. Não consta, igualmente, que em Berlim – aonde Sidónio foi enviado como representante da República – ele tivesse frequentado os cursos regidos por Hindenburgo, Moltke, Von Gluk e outros notabilíssimos guerreiros. E' certo, todavia, que foi assíduo frequentador de *bars* dissolutos e casas suspeitas.

Uma irmã do falecido morreu; como o tio padre, de demência, e um outro seu irmão expirou, ainda há pouco mais de um ano, no hospital do Conde de Ferreira, atacado de loucura incurável.

A sua entrada na Universidade como lente deveu-a a um particular interêsse, por parte de alguns professores dêsse estabelecimento, em não desejarem como colega o dr. Santos Lucas, amigo íntimo e condiscípulo de Sidónio, indigitado para tal cargo.

Assim foi escolhido para rival do seu amigo na candidatura a lente duma das cadeiras do curso, o que êle aceitou sem relutância, apesar das íntimas relações que o uniam ao condiscípulo e de conhecedor da tramóia universitária.

Mas a mais notável aventura de Sidónio em Coimbra data da sua estada como reitor da velha Universidade.

Ninguém ignora as ideas avançadas do ex-presidente quando estudante e mesmo como lente, pois basta ler a sua *Oração de sapiência*, por êle escrita nessa época, para, através das suas palavras, se descobrir um espirito iluminado pelas mais avançadas teorias sociais.

Existia nêsse tempo, em Coimbra, um grupo de estudantes republicanos que se salientava pela sua demagogia feroz. Sidónio, que cultivava relações amistosas e secretas com o referido bando, não duvidou em reclamar o seu auxílio

para um princípio de greve revolucionária que por êsse tempo se esboçou na Universidade, onde, no vasto pátio, chegaram a explodir algumas bombas, causando estragos, ruído e pânico ainda maiores. Eis o anarquista!

É caso para meditar a rápida transformação do antigo anarquista de acção, em ditador intangível e todo poderoso da República! São assim todos os tartufos!

Sidónio entrara na política quasi anónimamente, pôsto em scena pelo grande empresário Brito Camacho, que por duas vezes o fez ministro. Ora, nem na pasta das finanças se salientou êste famoso estadista, que pelo contrário passou quasi despercebido por não acusar a menor aptidão, nem sequer a banal habilidade peculiar aos politiqueros actuais.

Na câmara, como deputado às constituintes, foi o primeiro que exigiu – com furor de *parvenu*

– a supressão imediata dos títulos nobiliárquicos, condecorações ou outros quaisquer distintivos honoríficos, revelando já, portanto, nessa época, o arrivista absorvido pelo natural ódio a tudo quanto representasse selecção de casta ou grandeza pessoal. Mas o que mais espanta é que o Matemático, o livre pensador, maçã e septico seja o que mais pregue – como utilidade para o país – a renovação carinhosa de relações diplomáticas com o Vaticano!

Ainda nêsse ponto se nota a marca da megalomania do falecido, assistindo a exéquias na catedral, esperado à porta do templo pelo cabido que pomposamente o conduziu, debaixo do pálio, ao interior do templo, assentando-o ao lado da Epístola como qualquer monarca. Mais alguns meses de reinado do Sr. Sidónio e teríamos novamente abertos os colégios e os púlpitos à Companhia de Jesus, de quem os srs.

Espírito Santos Lima e António Tomar, empregados superiores do ministério dos estrangeiros, eram amigos e familiares desde Campolide.

Como se vê, tudo caminhava directa e fatalmente para uma monarquia jesuítica, como a desejava em Portugal a ex-rainha D. Amélia de Orléans, da qual, talvez mais tarde, Sidónio se sagrasse rei, imitando assim Napoleão, *o Grande*, embora apenas na teatralidade do acto. A loucura herdada, exacerbada pelo meio, fez crêr a êste homem que lhe estavam reservados destinos superiores, fazendo-o sonhar com o manto de arminhos de uma realeza de arribação.

A 7 de abril, no terceiro congresso celebrado pelo partido Unionista no teatro de S. Carlos, fez o Dr. Moura Pinto, a êsse tempo ministro da justiça, as considerações que seguem a respeito do ex-presidente:

«É avassaladora a ambição do Sr. Sidónio Pais. Eu e Aresta Branco fomos ficando no ministério até ao dia em que o presidente pôs a sua questão; e a sua questão resumia-se nisto: *que tinha tudo, ele era tudo, que sabia tudo e a tudo podia dar remédio!!* Aconselhei-o a que fôsse chão e tivesse, além de tudo, intenções. Mas êle respondia sempre não, afirmando que tinha a seu lado o Centrismo, que o partido Democrático estava esmagado, o Evolucionista acabaria por se estragar, que os monárquicos que pouco valiam, também, iriam para o seu lado, incluindo até a sua imprensa, e que a União Republicana se dissolveria. Então – afirmava o presidente – só haveria uma opinião puramente republicana, porque todos votariam nêle. Não tardou, porém, que surgisse a *Carta*, decretada pelo govêrno, tornando o Sr. Sidónio Pais mais

que rei e menos que Presidente da República, porque êle parecia ser senhor de toda a fôrça, levar êste país acarneirado para o almejado aprisco tentador, convencido de que no norte do país recebera o mandato de tudo dominar: ministros, exército, marinha, religião e tribunais, quando êle ali fôra apenas aclamado por libertar o país dessa tirânica demagogia que durava havia anos.

«Foi o presidente quem até fabricou o projecto da lei eleitoral e não eu, apesar de ministro da justiça, pois só dêle tive conhecimento quando Sidónio Pais me pediu para o ler de afogadilho, num intervalo da assinatura presidencial, – invocando a sua qualidade de bacharel em direito. Mas tal documento era um absurdo, e outro que eu elaborei de acôrdo com o chefe do meu gabinete, dr. Emídio Mendes, logo me foi rejeitado».

Eis como Sidónio Pais era criticado, a princípio, por um político que procurou ajudá-lo sempre, com prejuízo da própria tranqüilidade, e a quem o presidente afastou logo, como aconteceu a todos os que não subscreviam passivamente as suas despóticas e disparatadas deliberações.

Sidónio acusara na mocidade um temperamento excessivamente variável; ora expansivo, ora reservado, por vezes esclarecido o seu espírito por um ateísmo científico, outras caindo no abismo de insondável misticismo, mas sempre pairando entre a verdade e a dúvida.

Mais tarde é atacado duma paralisia facial de carácter nervoso e os seus amigos e condiscípulos de Coimbra notam-lhe uma tendência evidente para um erotismo de tal forma

acentuado que os leva a dizer: «tudo se pode confiar ao Sidónio menos a mulher».

Algumas aventuras escandalosas de amor, notórias e comentadas, corroboram estas afirmações.

É à volta do Pôrto que a loucura latente e incubada, que Sidónio inconscientemente trazia em si, tem a natural eclosão. O vivório da multidão deslumbra-lhe o cérebro, envaidece-o até ao ponto de se julgar intangível e o *Todo Poderoso Eleito* pelo povo.

Quando da sua partida, ainda Sidónio discutira serenamente com alguns amigos, no vagão que o conduzia, àcêrca do futuro da nova República e do presidente a eleger, citando mesmo os nomes de alguns chefes de partido e trunfos republicanos.

Á sua volta do norte, porém, já Sidónio responde apenas às observações sensatas do Sr.

Camacho dizendo-lhe que: o seu alto e irrecusável prestígio lhe permite tomar sòzinho quaisquer responsabilidades futuras e executar o que mais útil lhe pareça para bem da República.

A um dos seus antigos companheiros de redacção de *A Luta*, um conhecidíssimo escritor e seu habitual parceiro no *bridge* ou na prosáica bisca lambida que ali por vezes se jogava, e a quem êle obrigara bruscamente a ser capitão e a partir para Espanha e França, incumbindo-o duma missão diplomática, recebe-o Sidónio, à sua volta, no ministério da guerra, de pé, perfilado como um teutão e metido num amplo capote à prussiana, de gola escarlate recamada de estrêlas; e todo êste aparato para nada lhe perguntar a respeito da missão de que o encarregara e depois de o haver feito esperar numa ante-câmara desde as 11 da noite às 3 da manhã.

Confiou-me êsse meu amigo que Sidónio nesse momento lhe parecera um sonâmbulo, um ente apenas desperto do sonho de grandeza em que últimamente vivia e que difficilmente prendia a atenção aos mesquinhos interêsses da terra.

Nos últimos mêses da sua vida domina-o novamente esse misticismo especial que por vezes o atacara em Coimbra, e o seu olhar, frio de ordinário, torna-se velado, parecendo como que perdido num sonho vago, em abstracções estranhas, mal respondendo aos avisos e conselhos que alguns raros amigos lhe levavam, esquecendo-os logo para apenas se ocupar de assuntos religiosos, negociações com o Vaticano e readmissão do culto externo e provável restabelecimento das ordens religiosas no país, suggestionado, naturalmente, por dois homens políticos, ambos educados em Campolide pelos jesuítas, e que constava serem fieis agentes da

Companhia de Jesus, mandados secretamente pelo seu antigo geral em Lisboa, o célebre padre Cabral, residente a êsse tempo em Madrid.

A sua morte prematura não deixou Sidónio Pais realizar tal obra, à qual já começara a dar um real impulso.

Sidónio megalómano

«Fisionomia e caligrafia regulares, tendência exagerada para os símbolos e jogos de palavras, actividade desproporcionada com a sua posição social e nascimento, procurando atingir uma originalidade absurda; uma completa inabilidade política.»

CÉSAR LOMBROSO.

(*L'Homme de Génie* pág. 379).

Sidónio, moralmente considerado, pertence exclusivamente ao domínio dos psiquiatras que nêle teem um admirável exemplar de megalómano, embora muito inferior a muitos outros que o antecederam e a quem a história se refere.

Flagrantemente degenerado por hereditariedade, impulsionado por sonhos de grandeza, julgando-se capaz de grandes cometimentos para que o destino e o humilde nascimento o não votaram, limitou-se, como os seus antecessores, a pretender imitar os grandes heróis do passado, causa muitas vezes de se revelarem qualidades superiores e de arrebanharem milhares de fanáticos que, impulsionados inconscientemente por essas aparências de grandeza, os adulam e servem docilmente, fazendo dêsses curiosos aventureiros ídolos passageiros, visto que o seu valor é nulo e de pouca duração, não deixando, após o curto período da sua fama, o menor vestígio de grandeza ou obra perdurável.

O célebre *lazarone* Mazanielo, de Nápoles, alguns notáveis generais ditadores da América do Sul como os Rosas, da Argentina, França e

Lopez, do Uruguay, Floriano Peixoto, do Brasil, o general francês Boulanger, que entre as mulheres teve reputação de conquistador igual à de Sidónio e que, como êle, ao histerismo feminino deveu a sua rápida glória, e o maior dos matoides, o notável Cola di Rienzo, de Roma, são, naturalmente, companheiros de Sidónio no grande manicómio da política, embora muito superiores como políticos e sobretudo na sua complicada psicologia.

Cola di Rienzo, o mais curioso e notável megalómano até hoje conhecido, parece-me ser aquêle que mais se aproxima do falecido presidente, não só pelo nascimento e morte, como pelas especiais condições de ambiente político favoráveis à elevação do primeiro que ousasse combater um partido odioso ao povo e às classes trabalhadoras. E' claro que, dentro

dêste confronto, é necessário guardarem-se as devidas proporções entre os dois megalómanos.

Rienzo era um notabilíssimo político e historiador e teve que subjugar uma aristocracia poderosa, altaneira e os barões feudais senhores de toda a província romana, enquanto que Sidónio só teve que combater – como todos sabem – a *formiga* demagógica e umas centenas de marinheiros que nem sequer conseguiram chegar ao campo do grande general. Rienzo era o único chefe e não tinha a ajudá-lo, certamente, o fundador da república romana, e, a respeito de conhecimentos históricos, económicos e políticos, não consta que Sidónio os possuísse em elevado grau, pois era apenas um hábil matemático.

Vejamos, porém, quem foi Cola di Rienzo. Ver-se-há quanta semelhança há entre os

destinos dêste célebre matoide e a de Sidónio, tão próximos pela intelectualidade.

.....

.....

Cola di Rienzo era filho dum taberneiro e duma lavadeira. Nasceu em Roma em 1313.

Dedicou-se desde muito novo ao estudo dos grandes historiadores e oradores da antiga Roma e tal foi a intensa paixão que dedicou a tais heróis, que sonhou restaurar o seu antigo regíme republicano cheio de recordações clássicas e de grandeza.

Atingiu tal intensidade o seu sonho, que acabou por se julgar predestinado por Deus para regenerar a sua pátria.

Para isso, começou a percorrer os bairros populares excitando o povo, com os seus discursos inflamados, para a luta contra a nobreza,

mostrando-lhe o direito da sua causa e despertando-lhe a consciência adormecida vergonhosamente perante o jugo dos grandes barões que haviam morto um dos seus irmãos.

Conseguiu adquirir tal fama entre as classes populares, que estas o elegeram advogado dos seus interêsses junto do papa Clemente VI, que se encontrava em Avignon.

Contava então Cola 30 anos de idade.

O grande poeta Petrarca, que ali se achava de visita ao pontífice, igualmente se interessou pelos desígnios de Cola, animando-o com entusiasmo.

Cola partiu novamente para Roma, deslumbrado pelas palavras do papa e do poeta.

A grande cidade, nêsse momento, achava-se completamente anarquizada pelos senhores feudais que nela imperavam, escravizando a

população, desonrando donzelas da mais tenra idade e expoliando o povo.

Rienzo, logo à chegada se precipitou na revolta e, seguindo o exemplo dos Gracos, fez-se acompanhar por todos os seus partidários, a quem notificou a sua qualidade de delegado do papa, e, aproveitando uma ocasião oportuna, subiu ao Capitólio e fez-se proclamar Tribuno da Sagrada República Romana pela vontade do muito clemente N. S. Jesus Cristo.

Aclamado sem luta pela cobardia dos grandes, logo elaborou uma nova constituição, apelidando-se libertador de Roma.

Recrutou, entre a população ínfima e fanatizada, uma milícia para sua defesa e com ela submeteu os barões, expulsou a nobreza e restabeleceu a ordem.

Desejando, depois, restaurar a grandeza da antiga Roma, lembrou-se de convidar, para um

grande festival em honra da nova república, todos os príncipes da Itália, de forma a tornar a sua cidade a capital de todos os principados italianos.

Não tardou, porém, que o orgulho e a vaidade toldassem o cérebro do notável *parvenu*, embriagado pelas honras e triunfos que ultrapassavam, muito além, o seu antigo sonho de adolescente.

Pelos seus excessos e devassidão perdeu, a breve trecho, a protecção do papa, e o próprio povo, sobrecarregado de impostos exagerados e invejoso do luxo insensato que agora rodeava o seu modesto representante, votou-lhe ódio e desprezo. As cidades italianas rivais de Roma, ciumentas do luxo que nela imperava, e irritadas pelo orgulho do antigo taberneiro, retiraram-lhe a aliança firmada, retomando a antiga independência.

Actos cruéis de repressão, assassinatos em massa, expoliações e ultrajes praticados por Rienzo, acabaram por o perder no espírito do povo, e então a nobreza, aproveitando a ocasião propícia, atacou-o à mão armada, mas o tribuno conseguiu ainda triunfar desta primeira revolta. Não tardou, porém, que uma segunda tentativa, mais enérgicamente organizada e patrocinada pelo próprio pontífice, conseguisse derrotar as fracas fôrças do tribuno, obrigando-o a fugir para as selváticas montanhas dos Abruzos, onde viveu durante alguns menses, indo depois, miseravelmente, entregar-se ao imperador Carlos IX, que o enviou de presente ao papa.

Foi ainda Petrarca quem salvou a vida ao aventureiro que, por alguns menses, viveu nos cárceres do paço pontifical.

Como novamente Roma se revoltasse contra o poder papal, lembrou-se Clemente VI de

utilizar Cola em seu proveito, mandando-o a Roma com o cardeal Albornos sob o título de senador, para combater a nobreza.

Rienzo novamente dominou Roma, mas, como era de prever, não tardou a levantar novos impostos e a continuar a vida luxuosa de dissipação que fôra causa da sua primeira queda.

Então, surgiu uma terceira sublevação, inteligentemente organizada pelo príncipe Colona e pelo seu amigo Saveli, que obrigou Rienzo a fugir, para o Capitólio, onde os seus próprios sectários lhe deram bárbara morte, arrastando pelas ruas da cidade o seu cadáver horripelantemente mutilado, queimando-o na praça del Populi e lançando ao vento as suas cinzas.

Tal foi o trágico fim deste audacioso aventureiro que, sem a menor dúvida, possuía, a par de defeitos natos e atávicos, qualidades apreciáveis de organizador e diplomata.

Diz César Lombroso, num admirável estudo que fez de Rienzo, que a sua megalomania atingiu o supremo grau, levando-o a julgar-se um Messias que reunia em si todas as esperanças de Itália e devia não só conquistar um império, mas todo o mundo!...

Conta igualmente que um dia Cola, num discurso que proferiu, disse aos seus fieis:

«Nós ordenamos ao papa Clemente a apresentar-se ante o nosso tribunal e habitar Roma; nós citamos diante de nós os dois pretendentes Carlos da Boémia e Luís da Baviera por usurparem os títulos de imperadores». Alguem duvida que Sidónio seria capaz de assinar e expedir tão estranho documento?

É curioso notar que todos êstes grandes aventureiros são sempre de baixa esfera, os quais, apesar de muitas vezes atingiram pelo

estudo um elevado grau de ilustração que os coloca numa ordem superior social, nem por isso perdem os vícios da origem, causa determinante da sua rápida decadência.

Ao verem-se bruscamente deslocados – virtude do acaso – da condição para que haviam nascido, perdem totalmente a lucidez do cérebro, assombrado repentinamente por uma ascensão brusca que os desnorteia.

O seu ódio de plebeus aos de nascimento nobre, a quem não podem assemelhar-se na educação, no desprêzo do luxo, na simplicidade do trato e noutras pequenas diferenças inimitáveis, perturba-os de tal arte, que descem às maiores baixezas e vinganças na falsa idea de os poderem suplantar.

O próprio Napoleão – a quem salvou o génio 'incontestável – pecou algumas vezes por

vaidade e pelo ódio que votara à nobreza que o engeitara, apesar de conquistador do mundo.

Se César Bórgia foi completo no crime, na valentia, na elegância, na intriga e, finalmente, na morte, foi porque nasceu nobre, era filho de príncipes, neto de escritores e de generais, não temendo assim o paralelo com os maiores homens do seu tempo. César Bórgia plebeu, não passaria dum Rienzo, embora mais completo, mas a quem a vaidade e a inveja acabariam por perder.

Salvaram-no do patíbulo e do ridículo a raça e o hábito da opulência em que nascera.

*

* *

Sidónio Pais, ainda não eram passados dois meses após o seu fácil triunfo contra o odiado partido demagógico, logo manifestou o seu

megalomanismo, que em breve o devia tornar, por sua vez, pouco simpático para os próprios que o haviam ajudado na sua aventura.

Tomara conta das pastas da Guerra e dos Estrangeiros e nomeara-se generalíssimo do exército e da armada, exercendo, desde logo, uma pressão autoritária sôbre os ministros que escolhera, para com êle dirigirem o país.

Intervinha nos negócios da justiça, nas finanças, nas questões exclusivamente comerciais, – como por exemplo na questão açucareira – mandava, numa palavra, como um César, em todas as questões públicas.

O seu ordenado, porém, era exíguo e como vivesse no Avenida Palace, difícilmente podia custear as despesas que o seu alto cargo lhe impunha.

Por outro lado, os chefes da contabilidade dos dois ministérios que ele representava,

mostraram-lhe a dificuldade em que se encontravam de justificarem legalmente os dois vencimentos que ele recebia pelas duas pastas que simultâneamente dirigia.

— Mas, se mesmo recebendo êsse duplo ordenado êle me não chega para as minhas despesas, o que querem os Srs. que eu faça? — respondeu-lhes Sidónio. — Cabia-lhe toda a razão — retorquiram eles, convictos — Sua Ex.^a pedia apenas o estritamente necessário, uma ridicularia, bem o sabiam, a lei, porém, é que nunca previra um tal caso.

Deu isto motivo a uma reuñião de ministros na qual todos acordaram unânimemente na necessidade de encontrarem um *modus faciendi* capaz de satisfazer as razões do Sr. Sidónio Pais, sem ir, contudo, de encontro às leis vigentes.

O Ministro da Justiça, Moura Pinto, decifrou hábilmente a charada.

Não podia existir um ministério sem chefia nem as questões internacionais se poderiam resolver sem um representante do país. Seria, pois, o Dr. Sidónio Pais eleito provisoriamente Presidente da República até que uma eleição legal elegeesse o seu Presidente efectivo.

O alvitre foi aceite e Sidónio foi proclamado Presidente provisório da República Portuguesa.

Apenas, porém, se encontrou integrado neste alto cargo, logo Sidónio ordenava ao seu chefe de gabinete, capitão Cameira, de ir preparar no palácio de Belem, alojamento para si, para os seus ajudantes, pessoal, etc....

Debalde os seus colegas e amigos, admirados pela extraordinária audácia da ordem, pelo snobismo *parvenu* que ela representava e pelo quasi desprêzo com que êle os tratava, manifestando um claro desejo de pôr em evidência a sua soberania de acaso, lhe

manifestaram o quanto achavam disparatado e inconseqüente o seu procedimento e o mau efeito que causaria perante o país essa imprevista e rápida escamoteação do poder.

Sidónio, porém, nada atendeu e dias depois instalava-se no palácio de Belem como um príncipe e instituia um protócolo tão ridículo que até um dos seus colegas, o Dr. Aresta Branco, se via forçado um dia a repelir sensatamente, o que deu lugar a uma explosão de cólera por parte dos áulicos do Presidente e julgo que até pelo próprio Presidente.

Como o caso é não só curioso como imensamente ridículo, não resisto ao prazer de o contar aos amáveis leitores dêste livro.

O Dr. Aresta Branco, a êsse tempo Ministro da Marinha, teve urgência de falar com o Presidente e para isso procurou-o urgentemente no palácio de Belem.

Fazia frio e o simpático doutor, conhecedor — como bom médico — do traiçoeiro clima desta admirável Lisboa, levava envergado o seu quente *pardessus* de inverno. Ao entrar, porém, na sala Dourada do palácio, logo um dos dignitários do Presidente lhe observou que não poderia entrar no gabinete de S. Ex.^a de casacão de peles. Espanto natural do bom doutor, simples e modesto como todos os alentejanos.

— Lá tirar o meu casaco é que eu não tiro — retorquiu êle, seguindo caminho — e se o Sr. Presidente me não quiser assim vestido, lá no *deshabillé* do seu invento é que ele jàmais me verá.

Entrou, porém, de casaco, não se importando com o mau humor do Presidente e resolveu o assunto que lá o levara. Se todos fôsem da têmpera do Dr. Aresta Branco, para nada

serviria, com certeza, a etiqueta outorgada pela megalomania dum pobre desvairado.

Sidónio conspirador

Esboçou-se, antes do malogrado movimento de 13 de dezembro de 1917, uma revolução que tinha por chefe o general Abel Hipólito, como plano a prisão do Presidente dr. Bernardino Machado e como finalidade a derrocada do partido democrático.

Caracterizou essa intentona a mesma incoerência, cobardia e má orientação que preside aos planos e preparativos combinados pelo maquiavelismo sórdido dos nossos sórdidos politiqueros.

Sidónio Pais que, imbuido de ideas germanófilas, espreitava a primeira ocasião de agir por conta dos amos, tratou de se meter na conspirata, «ad majorem *barbarorum* gloriam...»

Foi toda a intriga revolucionária combinada em Tancos, onde Sidónio Pais, para tal fim, se fôra avistar com o general Hipólito e a maioria

dos oficiais superiores que entravam na conspirata, quási todos pertencentes ao partido unionista.

Abel Hipólito, porém, falhou, o dr. Brito Camacho, ao ver o perigo, desligou-se, como sempre, qual môsca receosa fugindo à teia urdida, e Sidónio Pais, desesperado em face de tanta deslialdade, fugiu para Paris. Nunca se soube donde lhe veiu o dinheiro!...

Foi então que Machado Santos, temendo, como era natural, que os monárquicos ficassem senhores da situação, se resolveu a tomar a chefia da conspiração abortada. Convém notar que êste novo movimento não combatia a nossa cooperação na guerra com os aliados, nem sequer o presidente da República!

Tendo falhado igualmente a nova conspirata, por culpa do dr. Bernardino Machado – em quem só manda a vaidade – que não quis ou não soube

ver a tempo o ódio que lavrava em todo o país, sobretudo entre a classe militar, contra o partido democrático.

Foi só então, mortas as últimas esperanças, que o dr. Sidónio Pais, recémchegado de Paris, se resolveu a procurar entendimentos com o fundador da República, para novos planos revolucionários contra os democráticos, o que facilmente conseguiu por via de emissários que procuraram Machado Santos, prêso a êsse tempo a bordo dum navio de guerra. Êste, porém, impôs como condição formal a aceitação, por parte de Sidónio Pais, dum certo número de medidas de carácter económico, social, militar e financeiro, que não foram aceites por êste, e que determinaram o rompimento das combinações feitas e o desligamento da revolução dos capitães de mar e guerra Vasconcelos e Sá e Carlos da Maia, membros do comité revolucionário.

Deu-se, porém, nova combinação, mais tarde, entre Sidónio e Machado Santos, quando êste se achava prêso em Vizeu, no Paço de Fontelo, em companhia de Alberto Pais, irmão de Sidónio.

Alberto Pais conseguira vir a Lisboa conferenciar com seu irmão. Espantoso país, o nosso, onde os presos políticos conseguem viajar incógnitos até à capital para aí forjarem conspirações!

De volta a Vizeu, declarou Alberto Pais a Machado Santos que a revolução desta vez era inevitável e que seu irmão contava absolutamente com o seu concurso.

Aceitou, pela segunda vez, Machado Santos as propostas de Sidónio, pois tinha a certeza de que os seus amigos com mais influência sôbre as classes populares coadjuvavam tal movimento, mesmo sem o seu apoio ou conselho, limitando-se a exigir de Sidónio apenas duas condições: a

amnistia geral e a independência do poder judicial, medidas estas mais tarde decretadas em ditadura.

Sidónio Pais aceitou tácitamente o concurso de Machado Santos e as condições expressas; a revolução fez-se, triunfou, e Sidónio, poucos meses depois, proclamava-se ditador e presidente.

Só então Machado Santos compreendeu que fôra burlado, porque Sidónio se apoderou do espírito da revolução, deixando ao ingénuo companheiro o prémio de consolação de simples comparsa relegado para o Ministério do Interior!

Convém notar que os elementos populares de que Machado Santos dispunha e pôs às ordens de Sidónio foram o principal factor da vitória dezembrista, senão o decisivo, pois ninguém garantia o êxito obtido pelos revolucionários do parque Eduardo VII, se lá tivessem podido

chegar as fôrças de marinha que com o maior entusiasmo desembarcaram e seguiram a caminho do campo de Sidónio.

Detidas, porém, parte delas, no largo do Rato e outras na rua Nova da Palma, à bomba e a tiro pelos grupos civis, tiveram que retroceder, meio dizimadas e abandonadas pelos oficiais que as comandavam e que cobardemente voltaram costas ao inimigo. Outro facto que poderosamente levantou o moral das fôrças acampadas em tórno de Sidónio foi a notícia como já se disse de que o fundador da República marchava sôbre a capital à frente de alguns regimentos que revoltara em Vizeu e outras cidades. E' facto, pois, digno de constatar, como o futuro ditador correspondia à lialdade de Machado Santos, que tanto o ajudara a triunfar dos heróis da demagogia!

Repletas as prisões de democráticos e dos considerados inimigos do nôvo govêrno, sendo Machado Santos ministro do interior e desejando pouco a pouco restabelecer a ordem e aplacar os ódios, resolveu ir libertando aqueles adversários que sinceramente se comprometessem a acatar as ordens do novo ministério e nêsse intuito ordenou a libertação imediata de tais indivíduos.

Deu-se então um facto interessante e sem precedentes nos passados governos; é que, sendo as prisões do Estado exclusivamente dependentes dos ministérios da guerra e da justiça e mandando apenas Machado Santos no do interior, nenhum dos seus mandados foi cumprido, visto Sidónio dispôr exclusivamente dos ditos ministérios e opôr-se às determinações do seu colega. Além disso, Sidónio exigia, ao contrário, a deportação imediata de duzentos e tantos indivíduos, entre os quais incluía até

revolucionários que o haviam ajudado no triunfo e o seu antigo ministro da justiça, dr. Moura Pinto de há pouco demissionário!, deportações que se não efectuaram graças à energia com que Carlos da Maia, Machado Santos e o dr. Pinto Osório, a êsse tempo ministro da justiça se opuseram a tão monstruosa determinação.

Durante o período da ditadura de Sidónio, apenas seis conselhos de ministros se realizaram! E é espantoso que a questão das deportações para África, de que o ditador fazia questão principal, fôsse assunto quási exclusivo de quatro dêsses conselhos. Por aqui se vê com que interêsse e de que maneira se tratavam os assuntos económicos, financeiros e militares dum país em plena bancarrota, em vésperas de fome e assolado por uma tremenda epidemia que causou milhares de vítimas!

A todas as promessas feitas a Machado Santos para angariar o seu apoio, faltou Sidónio Pais sistematicamente, como enguia oleosa que escapa ao pescador, o que deu em resultado a brusca saída do fundador da República do ministério e como consequência o princípio do seu enfraquecimento e descrédito, pois desde êsse momento o seu único apoio foram os monárquicos e reaccionários que se agruparam em tórno do ditador, lisongeando-lhe a imensa vaidade e combinando traí-lo no primeiro momento favorável.

Sidónio serviu-se dêles, julgando mais tarde esmagá-los, mas o falso conhecimento dos homens que o rodeavam, a ilimitada confiança que em si depositava e a desmesurada ambição que o ensandecera foram causa não só da sua morte, como da anarquia em que deixou o país, que por um momento foi prêsa dos monárquicos

e que apenas se salvou pela estupidez dos dirigentes desse caduco partido e pela energia do povo de Lisboa que venceu Monsanto.

Sidónio pacifista

Chega a ser inacreditável a ingenuidade com que o sr. dr. Cunha e Costa afirma num artigo publicado logo apoz a morte de Sidónio que: o ilustre presidente nos dera *um ano de paz, procurando enfim restabelecer a ordem e a disciplina nas ruas e nos espíritos!*

Não há dúvida que *foi ano de paz!*

Mas duma paz armada até aos dentes, com aparatosas paradas de soldados, canhões e metralhadoras por essas ruas fóra, três intentonas contidas a tiro, uma das quais até mereceu as honras dum disparo de canhão apontado pelo próprio presidente contra um dos navios de guerra revoltados, a população da cidade constantemente alarmada, ataques às redacções, às lojas maçónicas, aos centros políticos dos evolucionistas e democráticos, as prisões, as esquadras, as fortalezas e o Govêrno Civil

repletas de presos na maioria bárbaramente espancados à entrada. Paz miguelina! Paz de Varsóvia!

Mas, o que ultrapassou todos os limites de barbaridade foi a célebre – Leva da Morte – funebre procissão, em que foram traiçoeiramente assassinados pelas costas e à queima-roupa oito presos políticos, afóra os numerosos feridos, logo após o alarme reconduzidos à coronhada para os calabouços do Govêrno Civil, fazendo-os atravessar um escuro corredor onde os aguardava um feroz mastim aos uivos e de olhar de fogo, que os mordida nas pernas e nas mãos, açulado pelos trauliteiros, a ponto de um pobre guarda fiscal ficar sem uma orelha, facto este constatado pelos drs. José de Castro e Malva do Vale e outros prêsos de cujo testemunho se não póde duvidar.

Quem escreve estas linhas viu, estendido ao longo do passeio, lado esquerdo descendo a rua Serpa Pinto, o cadáver do Visconde da Ribeira Brava, ainda quente, manchado de sangue, furado de balas, a garganta aberta por uma baionetada mortal e com o olhar vitreo fixado no céu como clamando vingança contra tão cobarde assassinato. A alguns passos, em frente, de costas sôbre o frio lagedo da rua do Ferregial, mais quatro cadáveres jaziam sobre poças de sangue.

Seguiram-se depois outras infâmias, levadas de centenas de civis e marinheiros – sem julgamento nem culpa provada – para Africa, vinganças políticas, os acontecimentos do Porto e tudo o mais que não conto, por supérfluo, para provar que o ano de 1918, sendo presidente o ditador Sidónio Pais, foi *um ano de paz*, como comenta o ilustre cronista do maior louco de Portugal.

Analizando êstes factos serena e imparcialmente, não podemos deixar de atribuir ao chefe do Govêrno a maior responsabilidade, e o que, sobretudo, mais depõe contra Sidónio é o seu absoluto *agrément* a tais infâmias, pois não consta que a menor palavra saísse por entre os seus lábios fechados ao sorriso, ordenando um inquérito ácêrca de factos tão monstruosos, a não ser essa teatral viajata ao Pôrto em que êle esboçou gestos á D. Pedro V e mandou soltar alguns prêsos políticos barbaramente espancados no Aljube. Nessa jornada quis êle fazer de rei absoluto, pondo e dispondo da Lei ou sendo êle a própria Lei. E chamou-se a *isto* um estadista!

Por último deu-se o ataque e saque ao Grémio Luzitano – em que se distinguiram os seus jovens acólitos da escola de guerra – assistindo a polícia impávida a êste assalto à propriedade alheia.

Estimava que o talentoso advogado, conferente e cronista do falecido presidente, explicasse mais claramente, o que chama um ano de paz igual á herança política que Sidónio legou á Pátria, aos seus amigos e à República?

A verdade, porém, é que o ex-presidente procurou sempre consolidar o seu poder pessoal, apoiando-se exclusivamente nos monárquicos e votando ao ostracismo mais completo os poucos republicanos que nêle haviam confiado.

Machado Santos, como fica dito o único seu companheiro cujo orgulho, amôr próprio e dignidade não admitiu a condição de laçao do presidente, dentro do ministério, desligou-se dêle, logo após os seus primeiros actos ditatoriais, pedindo a demissão que lhe foi aceite. O sr. Tamagnini Barbosa sucedeu-lhe na pasta do interior.

Mas quem era o sr. Tamagnini dentro do partido republicano? Foi êle jámais alguma outra cousa que um polícia?

O profundo desconhecimento dos homens que o rodeavam foi talvez a principal causa do desnorteamento político com que Sidónio governou. Adolescentes inhábeis, homens sem convicções que o traíram e uma polícia recrutada nos *bas-fonds* da capital e nas casas de jogo, eis as criaturas de que êle se serviu como comparsas no seu reinado de um ano calamitoso de fome, péste e guerra!

Mas eu vou provar que Sidónio, fazendo exclusivamente uma política especial para seu uso, aceitando o apoio de dúzias de monárquicos apenas afirmado pelas suas palavras de oficiais do exército e sem o menor documento por êles lavrado, que mais tarde servisse para revelar a sua traição, apenas poderia legar, como os factos

o provaram, um cáos completo na política interna; mais ambições, mais ódios, os republicanos divididos e os monárquicos senhores da situação e admiravelmente preparados para a revolução com as suas juntas revolucionárias do norte e do sul, formadas em vida do ex-presidente e que êle certamente não ignorava qual o ideal que as reúne.

A revolta de Santarem, logo após o seu falecimento, inspirou-a aos seus dirigentes o eminente perigo monárquico e nenhum outro maior interêsse. A prova, e a justificar êste acto revolucionário, temos a breve trecho a proclamação da monarquia no Norte por Paiva Couceiro e a intentona de Monsanto.

Como desta vez os realistas não triunfaram custa a crê-lo, e foi preciso que êles cometessem toda a casta de tolices e de poucas vergonhas

para que actualmente o país não seja governado por D. Manuel de Bragança.

Na véspera do ataque ao Monsanto ouvi eu dizer no Rocio a vários chefes revolucionários civis afectos à República, que a sua causa estava irremediavelmente perdida e só um milagre salvaria o regime.

Esse milagre deu-se graças à energia e à fé do povo de Lisboa, o qual, com o mais heroico desprezo da vida, trepou impávido pela íngreme serra, alvejado do alto por tiros certos, recuando aqui, hesitando além, curvado ou rastejando, mas avançando sempre até à fortaleza que parecia irreductível e intomável.

Convém notar que quasi todas as tropas da guarnição eram neutras ou monárquicas.

Mais uma vez, porém, o heróico povo de Lisboa, como em tempos de D. Sancho, de D. Fernando, e em defesa do Prior Crato em

Alcantara, provava que o seu patriotismo e valor zombava dos grandes e dos mandões.

Na guerra peninsular o mesmo povo português levava de vencida os franceses e expulsava depois os assassinos de Gomes Freire, enquanto a côrte e a fidalguia cortezã e lacaia se divertia ociosa e libertina, no Rio de Janeiro, em tôrno do sujo e vacilante rei D. João VI e aclamava ruidosamente D. Miguel, o rei mais genuinamente português e mais honesto que a história deveria imparcialmente registrar como tal, se ela não fôsse quási sempre deturpada pela criminosa lisonja, parcialidade e interêsse de momento dos que a escreveram.

*

* *

Lista dos nomes dos indivíduos que deviam ser deportados para África, sem julgamento, a que me refiro neste capítulo, encontrada no Govêrno Civil logo após a revolução monárquica de Monsanto:

Democráticos

Dr. Nobrega Quental

Dr. João Camoezas

Dr. Vieira da Rocha

Álvaro de Castro

Nobre de Melo

Engenheiro Anibal Lúcio de Azevedo

Eduardo Tavares

Santos Mateus

Alfredo Maria

Augusto Gomes (do Teatro Apolo)

Manuel Vila Nova

Almeida dos Chapeus
Luís Lemos
Júlio Gonzaga dos Anjos
Raimundo Alves
Dr. César Paiva
José de Almeida (o Camarão)
Firmino Alves
Leopoldo Alves
Afonso de Macedo

Avançados e machadistas

Ferreira das Subsistências
Carlos Rates
Manuel Abrantes
José Catarino
Augusto Machado Santos
João Nascimento Cunha
José Sequeira Rua

Eduardo J. Leite

José Benedi

Francisco dos Santos (Chico Maluco)

José dos Santos (José da Rita)

Adão Duarte

Alfredo da Cruz

Miguel da Costa Gaião

José Nunes

Estêvão de Carvalho

Teixeira Danton

Eduardo Metzener

Construção civil

Manuel do Intendente

Alexandre Vieira

Joaquím Cardoso

Manuel Cachimbo

Ramos Pedreiro

João Caldeira

Francisco Aparício

José da Varina

Convém notar que a maioria dêstes nomes foi indicada por agentes da preventiva afim de imediatamente serem presos e conduzidos a bordo, afirmando os mesmos que, se tal o govêrno não fizesse, teria em cima a formiga branca e uma revolução democrática iminente.

Um aluno da Escola de Guerra, que assistiu a essa memorável reunião, alvitrou que os deportados seguissem para S. Tomé afim de trabalharem nas roças, pois não só seria útil para o país como também representava talvez para muitos a felicidade.

E' curioso e sintomático que por ocasião da monstruosa tragédia que mais tarde se deu na Rua Serpa Pinto, hoje conhecida pela «Leva da Morte», muitos dos indivíduos que figuravam

nesta lista estiveram prestes a ser fuzilados: eram dos que seguiam no fatal cortejo, a caminho de S. Julião da Barra.

Foi nessa mesma reunião, celebrada no gabinete da polícia preventiva, que se votou uma moção de confiança ao chefe do grupo sidonista de Belem, chamado Carromba, quando alguém punha em dúvida a sua fidelidade. A pessoa que o defendeu era um dos homens de confiança do capitão Lobo Pimentel, companheiro do Carqueja e do Manuel Pedro de Abreu, o célebre indivíduo que mais tarde, após o assassinato do Presidente, pretendeu matar José Júlio da Costa no gabinete do Pimentel, a cuja intervenção êste deveu talvez a vida.

Todos êstes personagens e alguns conhecidos monárquicos assistiram a esta reunião, sendo após entregue a famosa lista dos proscritos a uma comissão, composta de um oficial e dois civis, a

qual se dirigiu ao Ministério do Interior afim de a entregar ao chefe do gabinete do ministro, tirando-se ao mesmo tempo algumas cópias que ficaram em poder das autoridades superiores do Govêrno Civil. Alguem que, por obrigação, assistira à referida reunião e que não concordara com tão infame resolução, logo avisou algumas das pessoas visadas para que fugissem, evitando assim a prisão e o exílio.

Alguns oficiais, à saída, disseram que iriam dali ao Ministério da Guerra indicar ao ministro Sidónio Pais alguns nomes dos seus camaradas afim de serem expulsos, entre êstes figurando Homem Cristo Pai e capitão Cunha Lial.

Sidónio ditador

Sidónio Pais proclamou-se presidente onnipotente, dissolveu as duas câmaras para poder governar, inventou uma farda recamada de estrelas, para se mostrar em público, habitou um castelo do Estado sem consentimento do Parlamento, alojando nêle uma concubina francesa e uma sua irmã, fez içar no mastro da mais elevada tôrre um galhardete de fantasia, deu festas e ambicionou vêr nelas a fina flôr da aristocracia realista, não se proclamou, finalmente, rei, porque não poderia mandar tanto, – explicou êle a uma senhora que lhe indicava a realeza como digna dos seus méritos e encantos pessoais.

Um grande louco lhe mereceu igualmente interêsse: Júlio César, cujos comentários se achavam sempre ao alcance da sua nervosa mão de ditador, junto à obra de Carlyle!

Procurou-o ele imitar por vezes e nem sequer esqueceu – a exemplo do célebre imperador romano – de se rodear de adolescentes para quem a sua bolsa se abria generosamente, afim de os ter sempre numa semi-embriaguês que os tornasse inconscientemente aptos para em tudo satisfazerem as suas caprichosas ordens.

Não conseguiu, porém, imitá-lo como general, pois que no campo de Eduardo VII – único reduto estratégico, onde Sidónio se distinguiu como soldado e alcançou os fáceis laureis com que os seus acólitos o coroaram, só consta ter havido uma morte e essa mesma por descuido de um artilheiro.

D. Pedro V, simpática e nebulosa sombra de rei, apaixonou Sidónio, merecendo-lhe particular afecto a ponto de o parodiar visitando hospitais contagiosos, no momento da epidemia, e praticando caridades incógnitas.

Não consta, porém, que, na arte de escrever e orar, na castidade, sobretudo, e na extrema generosidade e modestia o ex-presidente seguisse este rial exemplo!...

Igualmente não narra a história que êsse simpático rei promovesse donativos, mendigando favores aos grandes capitalistas portuguêses e brasileiros, para acudir às vitimas das terriveis epidemias que nêsse ano fizeram da capital um vasto cemitério. Todas as esmolas e socórros prestados por D. Pedro V saíram da sua bolsa particular, ao passo que as quantias distribuídas a órfãos e hospitais pelo ex-presidente, ou por mandado seu, foram exclusivamente retiradas dos avultados donativos que a filantropia interesseira dos capitalistas lhe cedeu a seu rogo. Sucedeu o que sempre acontece com subscrições: recolhe-se mil, distribui-se apenas 500 e o resto desaparece nas profundas algibeiras dos

encarregados de socorrer a miséria, por conta alheia!

Foi, porém, Olivier Cromwel, sem dúvida, o herói a quem Sidónio mais desejou imitar como político, guerreiro e diplomata, no seu sonho de arrivista embriagado pela sempre fácil sugestão da população ignorante, escrava e subserviente.

Carlyle, o grande historiador inglês e cronista do famoso Protector da república inglesa, merecia-lhe – desde há muito – particular interêsse, pois foi o seu nome célebre que Sidónio adoptou quando da sua admissão na Maçonaria em 1811.

Quando mais tarde os monárquicos, julgando-o um vaidoso Monk, lhe ofereceram um bastão-espada de condestável caso êle restaurasse a monarquia, Sidónio recusou-o com desprezo, pois continuava sendo republicano e visava bem mais alto a sua rídícula ambição.

A exemplo de Cromwel, o que Sidónio antevia como certo – graças ao momentâneo apoio do país – era a sua eleição como Presidente válida por sete anos com faculdade de reeleição por igual período.

Vendo, porém, a impossibilidade de obter tal prerrogativa no Parlamento, contentou-se hipócritamente com os quatro anos permitidos pela Constituição da República para a sua efectividade no poder.

A exemplo de Cromwel, desejou também Sidónio dormir num aposento rial, escolhendo a Pena como domicílio e dormindo no próprio leito do ex-rei D. Manoel, do qual mandou retirar os lençóis entre os quais dormira o príncipe a sua ultima noite de monarquia e se conservavam no pequeno leito como reliquia para a alvar curiosidade dos visitantes do lindo castelo.

Só lhe faltou – para completar a semelhança com o Protector – ter mandado ao patíbulo o jovem príncipe.

O plano, porém, que mais acariciou, reputando-o como infalível, foi aniquilar os monárquicos após haver desmembrado os vários grupelhos republicanos exaustos já pela sua incompetência, ambições e intrigas, visto consumirem o tempo em lutas políticas interesseiras sem a menor dedicação pelo país e bem estar do povo.

Foi Sidónio assassinado quando seguia para o Pôrto no intuito único de dar o golpe de misericórdia aos realistas.

Quem sabe se na capital do Norte o não espreitava igualmente a morte?...

Para Olivier Cromwel, o poder supremo que conquistara pela energia, as batalhas que ganhara pela valentia, o ter dominado os reis da Europa

pela sua hábil diplomacia, monarcas que lhe enviaram a Londres ilustres embaixadores portadores de valiosos presentes e mendicantes da sua poderosa amizade, nada isto representava grandeza ou galardão merecido, perante o seu desmedido orgulho e vaidade de humilde, e apenas a corôa rial que o Parlamento inglês lhe oferecia era capaz de satisfazer o seu sonho louco de megalómano parvenu.

A previsão, porém, de ser assassinado pelos seus próprios puritanos ansiosos de liberdade e desprezadores das pompas mundanas, fê-lo hipócritamente recusar essa ambicionada corôa na opulenta basílica de Westminster.

Mas, que distância infinita separa Sidónio do grande génio da república inglesa, êste um admirável general, diplomata austero, dominando a Espanha, a França, a Holanda, e aquêle um simples oficial de artilharia a quem uma

intentona dera o poder dum pequeno país obscuro e meio esquecido pelas grandes nações, sem batalhas ganhas, sem perigos eminentes, vencedor apenas, pelo ódio de todos, de um partido político impopular!... Como Sidónio se deve ter julgado pequeno – apesar da sua grande vaidade – no seu confronto íntimo com o herói inglês dos seus sonhos ambiciosos!...

*Parce que avec des mots, des sermons, de
grimaces,
Il sut plaire à la foule et remuer les masses.*

VITOR HUGO.

Cromwel Tragédie – IV acte, pag. 278.

Sidónio diplomata

Não marca a passagem do ministro português da República por Berlim, onde se conservou por espaço de 5 anos, o menor traço de uma individualidade fora do comum, ou simplesmente de um diplomata que procurou alcançar os benefícios duma ligação mais íntima do seu país com o mais erudito e avançado império mundial.

Nenhum tratado comercial que nos interessasse, nenhuma aliança política que beneficiasse a nossa difícil situação colonial perante a avidez da grande República da África do Sul e da sempre insaciável Inglaterra, ou sequer um sincero reconhecimento da nova República proclamada, pois foi, se não me engano, um dos países que mais dificuldades pôs ao reconhecimento oficial do nosso novo regime.

Corre até como certo pelas chancelarias e centros diplomáticos que o imperador se

mostrara sempre mal humorado para com o ministro português, a quem mandara entregar por um oficial da côrte, logo após a sua chegada a Berlim, a farda de coronel de cavalaria 4, cuja nomeação datava da sua estada em Lisboa, quando da sua visita a D. Carlos de Bragança. Mais consta que num banquete rial, a que o nosso representante assistira, a orquestra do Palácio, por engano ou por desconhecimento do hino republicano, executara o hino da Carta, por todos os convivas escutado com a maior religiosidade.

Uma vez ditador e ministro dos Estrangeiros, vejamos qual a acção do falecido como diplomata.

Nenhuma ocasião se prestava tanto para que qualquer diplomata pudesse salientar o seu talento e habilidade política, afirmasse os seus conhecimentos de direito internacional e história

diplomática, conseguisse – nesse momento histórico e único – uma solução favorável para um país a quem a sua entrada na guerra sem garantias nem recursos ameaçava ruína.

Duas políticas se degladiavam: a inglesa, com o seu egoísmo e refalsada simpatia para connosco, e a francesa, que a todo o preço precisava obter um voto certo a seu favor no próximo congresso da paz e que para tal conseguira a nossa intervenção armada na guerra, por intermédio do ministro Chagas a quem os democráticos haviam concedido o mais amplo apoio.

A' Inglaterra não convinha claramente o envio de tropas portuguesas para o *front*, afim de não criarem dificuldades futuras às suas ambições coloniais e presentes com o transporte para França dos nossos soldados, mal equipados e desprovidos de tudo.

A tenacidade e ambição dos democráticos tudo venceu e as nossas tropas lá seguiram para França, embora nas mais precárias condições.

¿Qual o caminho a seguir pelo ditador e ministro dos Estrangeiros, em face dêste problema diplomático? Não o sei, nem sequer nunca o pretendi estudar. Julgo, porém, que um Bismarck, um Talleyrand ou um Crispi resolveriam esta equação a várias incógnitas melhor, por certo, que Sidónio Pais, capêlo em matemática, o qual se limitou a acatar com uma subserviência cobarde e criminosa as ordens da nossa sempre fiel aliada desde o reinado de D. Fernando I até hoje, pois já nesses remotos tempos ela começava a intrigar-nos com a Espanha, fingindo-se nossa amiga e desinteressada protectora.

Por certo o presidente não poderia enviar para França os mesmos regimentos a cujo apoio

devia o seu triunfo e aos quais garantira, sob palavra, jãmais iriam para a guerra.

Não julguem os leitores que eu pretendo acusar Sidónio Pais de germanófilo e de traidor à Pátria, pois apenas cito factos, coïncidências singulares que nos fazem, por vezes, duvidar da regularidade das funções cerebrais dêste homem de Estado, levando-nos a perguntar a nós mesmos se Sidónio era um imbecil ou um traidor.

¿Como se explica o facto de o seu jornal – *A Situação* – ter sido composto de germanófilos ferrenhos, havendo apenas três excepções dentro de todo o pessoal: Botelho Moniz, Arnaldo Pereira e Eduardo Metzner, revisor da redacção? ¿Porque se encobriam as vitórias francesas, só se proclamavam as suas derrotas e o mais insignificante avanço alemão vinha anunciado

com as mais pomposas epígrafes e em tipo especial?

¿Como se explica que, no ministério dos Estrangeiros, composto na maioria de monárquicos e germanófilos, se chegassem a fabricar telegramas, um dos quais foi até lido ao dr. António José de Almeida?

¿Então o falecido presidente não tinha olhos para ver e ouvidos para escutar? ¿Pode-se lá admitir tamanha candura num homem da sua audácia e energia?...

Mas há sobretudo um facto gravíssimo a registar, facto indesculpável por criminoso e desumano, que é a derrota das tropas portuguesas em França no dia 9 de abril de 1918.

¿Qual a causa de tal derrota senão a incúria e a má-vontade do govêrno presidencial para com as tropas que combatiam em França, extenuadas, mal vestidas, reduzidas a metade, desmoralizadas

pelo esquecimento a que se viam votadas, esperando todos os dias serem substituídas por tropas frescas ou, pelo menos, reforçadas com homens, mantimentos e confôrto, que jãmais chegavam?

Mas nada disto se fez, antes pelo contrário se mostrou uma fria e cruel indiferença, uma demarcada e criminosa conduta da parte do poder para com os nossos bravos soldados que tudo faziam para vingarem os seus irmãos de Naulila e do Rovuma chacinados aos milhares pelas metralhadoras alemãs.

¿Não sabia, acaso, Sidónio Pais, com o seu profundo conhecimento da táctica alemã e do poderoso exército germânico, a crítica situação dos nossos na Flandres?

Se não podia mandar mais homens, ¿porque não ordenou, pelo menos, por caridade, para que cessasse toda a acção das nossas tropas no *front*?

Seria, quando impolítico, louvável e positivamente mais franco do que condená-las, sem vantagem alguma, ao extermínio.

A derrota dos nossos batalhões em 9 de abril, atacados de preferência pelos alemães, prova unicamente que estes conheciam perfeitamente o estado de fadiga e de desalento em que os nossos se encontravam nêsse momento.

Se Sidónio Pais fôsse um diplomata astuto e inteligente, a quem a vaidade e a ambição não tivessem de há muito cegado, deixaria de ser, nêsse momento, um subserviente da política inglesa e conservar-se hia neutral perante as intrigas do sr. Clémenceau e de Lloyd George, mantendo uma independência ativa para bem da sua Pátria e iniciando uma acção política sua nas enredadas intrigas das questões internacionais dêsse momento único na história.

A sua acção, porém, foi inerte, tanto na política externa como na interna, razão porque após êle nada deixou de grande nem de perdurável, mas apenas o cáos, a eterna luta dos partidos combatendo-se sem ideal nem grandeza, mas surrateiramente, tortuosamente, cada vez mais ferozes nas ambições e nos ódios.

Sidónio orador

Para que ninguém me acuse de parcial nesta curta crítica, escrita unicamente no intuito de acabar com exagêros e especulações políticas e partidárias a respeito do ex-presidente, vou simplesmente, sem o menor comentário, transcrever alguns trechos dos seus numerosos discursos.

E' o morto que mais uma vez vai falar para que, segundo as suas próprias palavras, melhor possa ser compreendido o seu justo valor intelectual. Ouçamo-lo:

Na Câmara Municipal, aos 9 de maio de 1918:

«O povo português, chamado a manifestar em sufrágio universal e eleições livres a sua vontade, acaba de consagrar a revolução de 5 de dezembro pela forma mais retumbante juntando a

maior votação que há memória em Portugal à volta do nome de um homem que, tendo tido a honra de ser o chefe da revolução para êle incarna certamente os seus alevantados ideais.

«Inútil é dizer-se da parte dos detractores da Revolução que uma tal votação, excedendo 500.000 votos, não representa a vontade soberana do povo português.

«Nunca a abstenção foi menor, apesar de três agrupamentos partidários a terem resolvido, e dela terem feito em larga escala a propaganda bem mais fácil e susceptível de ser coroada de sucesso do que chamar os eleitores à urna.

«Nunca a abstenção foi mais insignificante, apesar de faltar o estímulo da luta: ninguém se propôs a presidente da República e por parte dos defensores da actual situação um nome estava em todas as bôcas, por parte dos que a atacam nenhum nome foi indicado como representando

as suas aspirações comuns. Nunca a abstenção foi mais reduzida apesar dos boatos alarmantes de perturbação de ordem pública, de movimentos revolucionários, para que se pretendeu criar uma atmosfera de terror.

«Nunca a ordem foi mais completa em acto eleitoral, que decorreu sem incidentes em todo o País, apesar da propaganda revolucionária que se fez e do convite à Revolução que implícitamente se continha na campanha do abstencionismo. Nunca a liberdade foi mais ampla em eleições que se efectuaram sem a menor pressão por parte das autoridades ou de influentes locais. Nunca a legalidade foi maior em operações eleitorais, fiscalizadas, de resto, pela oposição. Nunca a honestidade foi mais perfeita por parte do govêrno que deu ordens terminantes para que se não exercessem quaisquer subornos ou corruções por mais disfarçados que fôssem, nem se fizeram

desdobramentos, processo imoral tantas vezes usado.

«Propositadamente e por dois motivos principais não apresentei ao país a minha candidatura:

«Primeiro, porque nenhum desejo pessoal ou ambição ilegítima tinha de me manter num cargo que só pelo dever de assegurar o êxito da revolução assumi e que, por experiência, sei ser um permanente tormento físico e moral, na ânsia sempre insatisfeita de buscar a felicidade do povo, único grande ideal que se alberga em meu coração e que absorve a minha existência; segundo, porque no momento actual, e conhecendo o país bem o meu nome, necessário era deixá-lo escolher, independentemente de quaisquer sugestões, o homem que reputa digno da suprema honra de presidir aos destinos da Nação.

«Nunca, por isso, foram mais espontâneos os votos que concorreram às urnas eleitorais, na ausência de solicitações de toda a ordem.

«Debalde se fez durante os últimos cinco meses uma campanha anti-patriótica e anti-republicana, tendo por base a dupla calúnia de apresentar aos olhos dos Aliados e aos olhos da nação o govêrno saído da revolução como hostile aos Aliados e contrário às actuais instituições.

«Essa campanha insidiosa que começou pela tentativa de enganar, intrigar e indispôr a marinha portuguesa, sempre briosa na defesa da Pátria e da República, chegou ao caminho de insinuar a intervenção estrangeira, última das ignomínias a que só a absoluta falta de patriotismo pode levar.

«A calúnia, a intriga, a conspiração caía diante da fôrça invencível da verdade, todos os actos do govêrno da República sem uma única

excepção depois de 5 de dezembro demonstram o seu desejo de cooperar com os Aliados e todos foram realizados no mais perfeito acôrdo com eles.

«Todos os actos do govêrno da República saído da revolução de 5 de dezembro foram inspirados na mais pura fé republicana e se encaminham para a consolidação da República, pela integração de todos os portugêses num grande movimento nacional: e essa política, quaisquer que fôssem os obstáculos encontrados, teve o seu mais formal sucesso na eleição que acaba de realizar-se, onde o presidente da República reuniu em sua volta meio milhão de eleitores conscientes da necessidade de se entrar num período de calma, de ordem e de sossêgo que permite o desenvolvimento de todas as fôrças úteis do país.

«O povo, na sua extraordinária clarividência, seu infalível espírito de justiça e na sua nunca desmentida sinceridade, repudiou todas essas calúnias, viu, julgou, sentenciou e coroou assim com o seu estrepitoso aplauso a obra da revolução.

«Povo português! Sinto-me orgulhoso de ser o teu presidente eleito, e procurarei quanto em minhas fôrças caiba corresponder à confiança que em mim depositaste, sendo o teu amigo de todas as horas e interpretando o teu sentir e a tua vontade soberana, única a que me curvarei, e a que ninguém poderá desobedecer sem passar por cima de mim.

«Nenhum ódio, nenhuma inimizade pessoal, nenhum sentimento rancoroso encontra eco no meu coração, só tenho a aspiração veemente de conciliar todos os nossos interêsses legítimos.

«Poderei errar, mas apenas me demonstrem o êrro, estou pronto a emendá-lo sem ressentimentos, nem vaidades, sem teimosias ininteligentes, sem intransigências tiranizantes.

«Todo o português pode contar em mim com um amigo pronto a defender a sua justiça, ainda que êle seja o meu maior inimigo.

«Nenhumas perseguições fiz – tomei sómente as medidas indispensáveis para assegurar a ordem pública que à minha guarda estava confiada.

«Povo português! Ao assumir o exercício da suprema magistratura da nação, as minhas primeiras saudações vão para as fôrças de terra e mar que heroicamente se batem ao lado dos nossos Aliados contra o inimigo comum pela causa da Liberdade, do Direito, e da Independência dos povos. Essas fôrças são a tua incarnação, são o teu sangue. Saüdando-

as abraço-te a ti e ao povo português no teu grande desejo de justiça, tão ardentemente manifestado nas espontaneidades com que abraçaste a causa dos Aliados.

«Uma nova era de Liberdade, de tolerância, de respeito pelas crenças religiosas e pelas convicções políticas, surgiu. E' só numa tal atmosfera que a nação poderá prosperar. Ela precisava de uma base estável que não podia encontrar-se senão na união espiritual de muitas almas. Essa união é hoje um facto, e a fôrça de atracção que dela emana alargará o seu âmbito e intensificará a sua potência. Um grande ideal nacional polariza êste movimento.

«A revolução de 5 de dezembro triunfou! O ressurgimento da nossa Pátria é mais que uma esperança, é uma consoladora certeza.

«Portuguêses: conservemo-nos mudos, – aqui vos afirmo solenemente pela minha honra que

defenderei até à última gota do meu sangue a sagrada causa da Pátria e da República que é também a causa do povo português! Viva a Pátria! Viva a República!»

**Na Praça de D. Pedro IV, aos 14 de maio de
1918:**

«Povo de Lisboa, todas as classes se encontram unidas desde o nobre ao mais plebeu, pulsando todos no mesmo sentimento pátrio por terem reconhecido que acima de tudo era necessário salvar a nação.

«Como chefe de Estado entendo ser chefe de todos os portugueses e que, como fui eleito pelo povo, para o povo devo viver. E de resto, é entre

o povo que melhor me sinto e por êle sacrificarei, sendo preciso, o meu sangue e a minha vida.

«Juro, solenemente pela minha honra, zelar pela felicidade do povo e da nação. E' essa a obrigação moral em que me colocaram tantos abraços carinhosos e tantas manifestações ardentes que o mesmo povo me dispensou e que tomo como indicação e como aplauso à revolução de dezembro. Serei sempre o mandatário da nação e de hoje em diante poder-se-há dizer: Sidónio Pais já não existe, Sidónio Pais é um símbolo.»

**Nos Paços do Concelho de Elvas, aos 21 de
junho de 1918:**

«Eu quero só dizer duas palavras de agradecimento ao povo de Elvas, por esta imponente manifestação que acaba de fazer ao

presidente da República, recepção que eu quero atribuir à própria República que aqui represento, pois tenho a certeza de que o povo de Elvas, ao manifestar-se desta forma, quer significar o seu apoio não só à revolução de 5 de dezembro mas aos governos saídos dela.

«Não se podia por mais tempo continuar na situação democrática; coube a um punhado de homens, coube-me a mim, como seu chefe, interpretar o sentir da nação inteira.

«Cumpru-me aparecer no primeiro momento. E' impossível fazer uma revolução se a atmosfera não estiver criada e sem ter o concurso unânime da grande maioria da nação. Está feita apenas a revolução e incompleta a obra.

«O povo secunda a obra da revolução como se êle próprio estivesse em pessoa no Parque Eduardo VII. Eu tenho, pois, a certeza de que

esta manifestação do povo de Elvas representa isto: cada cidadão desta cidade está pronto a concorrer, com todo o seu esforço e com todo o sacrifício de que um homem é capaz, para apoiar esta situação, para tirar dela o máximo rendimento para o país, visto que a revolução se não fez para servir os interesses particulares mas sim os interesses gerais do país e para promover a grande obra das suas tradições gloriosas. O povo de Elvas está ao lado da revolução, pela forma como o govêrno tem interpretado o programa da revolução. As revoluções representam sempre o esforço duma minoria mas quando triunfam e caminham, é que estão no espírito do povo.»

Na mesma cidade, no local da exposição:

«Desejo que os problemas que interessam o futuro da nacionalidade portuguesa sejam ventilados pela forma mais ampla, de maneira a elucidar o govêrno, indicando qual o melhor caminho para a salvação da Pátria, salvação que terminantemente, observou, deve encontrar-se na agricultura. Encontro-me aqui falando não para colher aplausos, mas para me pôr em contacto com o povo que tanto desejo conhecer de perto.

«Estimo ver aqui o amor da terra, o único que pode estimular o amor da Pátria.

«Fez-se a revolução de 5 de dezembro consagrada pelo povo com a eleição presidencial, e visto ser o chefe de Estado, posso dizer bem alto que hoje, para se fazer a monarquia, se teria de fazer uma nova revolução. E' necessário que isto se saiba e que se diga, que quando se pede ordem esta seja provisória. Não quero saber dos partidos a que pertençam os meus colaboradores,

mas sómente se a sua colaboração é fiel e patriótica e não com íntuitos reservados, pois não estou para ser guarda do país até meses depois da guerra. Sou rude na minha forma de dizer mas não tenho opiniões reservadas nem azedumes. Vejo a necessidade de encerrar para sempre o desejo das revoltas em que se tem vivido e estou decidido a meter na ordem todos os que desmandem por qualquer forma, dando nesse sentido, às autoridades, as ordens mais severas e inexoráveis. Quem fôr encontrado com armas encontrar-se há comigo. Quando saí para o Parque Eduardo VII, achava natural o meu fusilamento. E' o que farei, pois, a quem tentar revolucionar o país.»

Em Sintra, aos 4 de agosto de 1918:

«E' a primeira vez que falo ao povo de Sintra e estou-lhe grato pela manifestação que me fez. Vi com prazer, que me cercam duma atmosfera de carinho e simpatia, parecendo-me viver num meio, por assim dizer, familiar, vendo em cada rosto uma expressão de amizade sincera.

«Para mim, chefe de Estado, essa simpatia representa um encorajamento para vencer as múltiplas dificuldades que me cercam.

«E será essa decisão, que transparece no povo português, que me levará à salvação e redenção da Pátria. O papel dos homens não é o de se combaterem uns aos outros, mas o de se auxiliarem mutuamente. As sociedades como estão organizadas são imperfeitas; mas, domar as forças naturais é impossível, porque só de acôrdo com as leis da natureza se pode conseguir o avanço social colocando acima de tudo o interêsse da comunidade.

«A organização básica é a família e acima dela existe a Pátria. Mas a mais alta causa é a da humanidade, pelo que temos obrigação de nos ajudarmos uns aos outros. Mas, se o povo tem deveres a cumprir, se a solidariedade se deve propagandear, também os governos teem o dever de auxiliar o povo para assim estabelecer direitos e deveres recíprocos.

«Sem autoridade é impossível uma organização social perfeita. E a autoridade é a base da ordem. Mas a ordem tem origem no cumprimento das leis. Portanto, um povo que se submete à lei deseja a ordem sem a qual não há trabalho útil e, portanto, vida própria.

.....
.....
.....

«Acabemos com a mendicidade. Pedir não é digno mas tambem não há direito de se deixar

morrer alguém de fome. E' justo que os ricos repartam um pouco do seu supérfluo com os necessitados, mas deve-se escolher bem os que precisam, porque – repito – toda a gente tem a obrigação moral de trabalhar.»

Dirigindo-se ás senhoras:

«Penso organizar uma festa no parque da Pena a favor dos pobres. Espero, pois, a cooperação das Senhoras de Sintra porque desejo que ela se realize antes da minha partida desta vila. Como povo português considero todos os portugueses. A política dos povos tem de ser guiada pela razão, mas aquela que não escutar também a palpação dos corações não pode conduzir à felicidade. Foi por isso que, ao chegar a revolução do 5 de dezembro e ao cumprir o seu mandato, procurei sempre aliar aos princípios da

lógica pura que não devem ser desprezados, os sentimentos superiores que só o coração sabe inspirar.»

Na Câmara Municipal, após a primeira tentativa contra a vida do presidente:

Palavras de Sidónio, por ele proferidas nessa sessão como agradecimento ao presidente da Câmara que o felicita em nome do povo de Lisboa por haver saído indemne, mais forte e com maior autoridade, do vil atentado praticado contra a sua preciosa vida:

«Sr. presidente, srs. vereadores e povo de Lisboa:

«E' com extraordinário prazer que me apresento na casa do povo de Lisboa. Agradeço, penhorado, os cumprimentos apresentados em

nome desse povo pelo sr. presidente da Câmara Municipal. Falando ao povo de Lisboa tenho a certeza de que falo ao povo de todo o país pelo qual me sacrifiquei ao fazer a revolução de 5 de dezembro.

«Um dos fins que a república nova conseguiu, foi acabar com os processos que eram adoptados na república velha. Ninguém com verdade pode asseverar que na administração pública não se tenha usado de honestidade de uma honradez imaculada. E' ignóbil a campanha que, não só no país, mas até fora dêle, se faz contra a República Nova, dizendo-se que os homens que por ela se bateram não eram a favor da causa dos Aliados, classificando-os, assim, de traidores à Pátria. Desde as primeiras horas do govêrno, após a revolução de 5 de dezembro, fiz tudo quanto era possível em prol da causa dos Aliados. Nem um único momento deixei de

procurar estreitar, cada vez mais, os laços de aliança que prendem Portugal à Inglaterra. A causa que eu defendia era comum, como comum era o inimigo que se combatia. Mas essa campanha de descrédito não surtirá o efeito desejado, visto que a verdade a tudo sobreleva. E' inútil, certamente, querer convencer os políticos, pois para êles só há, única e exclusivamente, os seus partidos. Para êles, o exército, a marinha, a guarda republicana, a polícia, o comércio, a indústria e o povo não são nada, pois para êles só existem os seus partidos.

«Relativamente à nova constituição é necessário ter em atenção que ela seja viável e que no país tenha fôrças que a mantenham, isto para que haja o sossêgo de que tanto se necessita.

«A República Nova, gerada na revolução de 5 de Dezembro de 1917, incarna a suprema aspiração da consciência nacional, e firma as

suas raízes profundas na alma popular. Defensora do povo, é defendida por êle e como êle invencível.»

No Arsenal da Marinha, por ocasião do lançamento à água da canhoneira «Quanza», no dia 8 de Junho:

Após os agradecimentos do estilo aos engenheiros navais, direcção técnica do Arsenal, etc., etc., Sidónio exclama:

«Este navio é de pau, o pau é da terra, êste navio vai para o mar; simboliza, portanto, a união do exército e da armada.»

Nas Portas do Sol, por ocasião da sua visita a Santarém, em Julho:

Entre mil banalidades diz:

«Em Portugal não existe problema económico mas sómente político.»

.....
.....
.....

Vem a propósito, neste capítulo, fazer notar a exagerada, simbólica e paradoxal oratória dos tribunos da época sidonista.

Na Universidade do Pôrto, à volta duma excursão pelo norte, na companhia do presidente Sidónio, o dr. Alfredo de Magalhães, a êsse tempo ministro da Instrução, após uma retumbante apoteose á revolução de dezembro, à República Nova e aos méritos do presidente, exclama:

«Sidónio Pais é grande como D. João I, como o Condestável D. Nuno Álvares Pereira! E', numa palavra, a Pucelle d'Orléans ¹ do sexo masculino de Portugal.

Não nos consta, porém, antes bem pelo contrário, que o falecido presidente fôsse *pucelle* e que uma *pucelle* pudesse ser do sexo másculo.

Respondeu a este espantoso discurso do seu ministro o presidente, o qual, depois de explicar que ninguém melhor e com mais eloquência soubera fazer o elogio da revolução de 5 de dezembro e das nobres intenções da República Nova, terminou por exclamar:

¹ Designam os francêses por êste nome a famosa Jeanne d'Arc, natural d'Orléans.

*«O dr. Alfredo de Magalhães, digno
Ministro da Instrução, é o Demósthene
português.»*

Aos 23 de Maio de 1918:

Declarações de Sidónio Pais a um jornalista de «A Situação», a propósito do seu acto magnânimo de soltar dois presos do Aljube do Pôrto, que ali tinham sido maltratados, quando lá ficavam dúzias em idênticas circunstâncias:

«Acusam-me de ter sido teatral, no Pôrto, e evocam-se até velhas realezas espalhafatosas para me nivelarem a elas. E no entanto, eu nunca procurei teatralidade para os meus actos. Procedo segundo as

circunstâncias e sinto a glória do meu procedimento se a consciência me diz que em tal conjuntura a minha forma de accionar foi a melhor.

«Evidentemente que, se tenho o aplauso do país, então a minha satisfação é completa, porque *é a minha consciência interpretando milhões de consciências.*»

.....

.....

.....

«Eu nada receio contudo – Eu – que seria o principal alvo das arremetidas revolucionárias. Da mesma forma por que, para dar uma grande lição moral a agentes da autoridade prevaricadores, levei esses homens aos empurrões para a liberdade, assim levarei àmanhã para a cadeia, se uma tentativa criminosa puser em perigo a ordem

pública. E ninguém duvide desta tarefa que me impus em 5 de dezembro. Seria ficar em meio. Para a executar empenharei a minha vida e muito poderá quem tiver fôrças para me fazer torcer caminho enquanto eu tiver comigo a opinião do país.»

Sidónio morto

«Sossobrava a pequena mas invencível nau portuguesa num escumante e lindo mar de jade e oiro, batida por um impetuoso furacão de paixões baixas e vis.

Adornava lentamente a sua alta amurada de teca, desconjuntavam-se-lhe as cavernas de pau santo, abriam-se fendas na lisa cobertas de tojo e as vastas câmaras, com embutidos de sândalo, pau rosa e marfim, eram invadidas, pouco a pouco, pela água susurrante.

As brancas velas, onde a meio se distinguiam as heráldicas cruces de muitos heróis, batiam, esfarrapadas já, os altos mastros oscilantes de espinheiro branco.

¿O que causára o sinistro naufrágio de tão forte nau, que sulcára, sempre triunfante, os mais remotos e procelosos mares do

universo?

A morte dum capitão pouco experiente das cousas do mar, que recrutara para govêrno do seu navio uma tripulação de aventureiros de todas as nacionalidades.

Môrto êle, a ninguém cabia o direito do comando, pois a ninguém soubera legar o que o acaso lhe confiara.

A aparente disciplina que até ali impedira o sinistro, volveu-se imediatamente na maior desordem, na mais renhida luta de ambições e invejas.

Por isso o lindo mar, impiedosamente, sorvia a grande nau que até então soubera zombar da sua cólera e da soberba impetuosidade das suas vagas escumosas.

Em terra, celebram-se os funerais do falido capitão que uma loucura colectiva apodou de herói! Trôa o canhão de meia em

meia hora!

Um histerismo sensual acomete as mulheres. Raro é o marido ou o amante a quem a fêmea não pretenda convencer da beleza do herói morto.

Todas elas se cobrem de crepes, velhas e moças, a exemplo das antigas carpideiras, lá vão em procissão, pelas ruas fora, visitar o catafalco onde, entre flores odoríferas, repousa o cadáver do que em vida fôra para elas o sensual amante dos seus sonhos eróticos.

Algumas, em presença do cadáver, são sacudidas por contorsões epiléticas, outras ululam a sua dôr como cadelas ciosas.

Morrera-lhes o noivo eleito, o amante de bronze, incansável, hércules das alcovas...

Trôa o canhão de meia em meia hora!

A farândola histérica continua,

contorcendo-se, ululante e louca.

Oito dias se passam!...

E nesses dias foi tal a febre de ornamentação fúnebre por parte dos moradores das ruas por onde o féretro devia passar, que, a breve trecho, se esgotaram por completo, nas agências de pompas fúnebres e outros estabelecimentos, todas as corôas, fitas, crepes, ramos e mais artigos que glorificam os mortos, sobrando ainda dinheiro às comissões encarregadas do fúnebre festejo, dos donativos recebidos dos fanáticos do ex-Presidente.

Janelas, portais e varandas se cobriram de luto, assim como toda a população acoçada dessa furiosa sugestão que soprara sôbre a capital, e que acompanhava o cadáver num recolhimento feroz.

Sai o féretro, escoltado pela guarda, que

lhe presta as derradeiras honras. Sôbre êle repousa o morto.

Mas súbitamente, sôam detonações, estabelece-se um pânico indescritível: dão-se esmagamentos, mortes, prisões, corre em todas as direcções, sem norte nem consciência, a multidão apavorada.

Só o Tejo e a atmosfera se conservam inalteráavelmente serenos, na sua indiferença natural pelas misérias dos humanos.

O canhão trôa de meia em meia hora!...

– ¿Morreu algum génio, um semi-deus, rei ou poeta de fama? – pergunta uma voz.

Responde outra voz:

– Aquele que morreu era maior que todos, não tinha dimensões, era um grande louco!

E durou oito dias a demencia nacional e durante êsse tempo gastaram os canhões do Castelo toneladas de pólvora que ardeu, até

que, finalmente, foram de improviso despertados, nas suas campas austeras do Panteon, os mortos ilustres cujo sangue pintara as heroicas cruzes das alvas velas da nau que naufragara lentamente no lindo Tejo, pelo Intruso que uma multidão alucinada ali levava numa tarde pardacenta e fria.

Tragi-comédia

Após a morte do presidente Sidónio Pais, correu voz pela cidade, trazida por homens e mulheres que haviam ido ao Panteon dos Jerónimos em saúdosa procissão junto do *Grande Morto* – como desde logo o alcunharam –, que a barba e as unhas do ditador haviam crescido, como se fôra vivo, sintoma seguro de santidade, e que as pessoas sinceras que o invocavam, dêle recebiam salutareis conselhos e generosas consolações.

Começava então a lenda milagrosa!...

Alguns, porém, menos ingénuos ou trocistas de profissão, comentavam em sêgrêdo, que um dos discípulos do novo Jesus se escondia por detrás da urna fúnebre e respondia, em nome do finado, aos bajojos

que consultavam o seu espirito errante e glorioso!

Este milagre retumbante e o da aparição da Virgem Maria, entre as folhagens duma árvore, a umas crianças do lugar de Fátima, são os únicos a registar – nos tempos que correm – para consolação dos crentes e divertimento dos scépticos.

Na noite que seguiu a morte do Presidente fizeram-se prisões a esmo, atribiliárias e injustas, e na rua Anchieta foram bárbaramente assassinados a tiro alguns infelizes cujos nomes nunca vieram a público.

Eram ainda os adeptos do morto que, em seu nome, continuavam consumando massacres e perseguições cobardes.

As senhoras *da alta* choravam a morte do seu encantador Adonis e lembravam-se, com

saùdade, das roçadelas de gatas lubricas e marradinhas contra o seu vistoso manto de ditador!

E triste é confessar, para vergonha dos politiqueros desta República falida, que o morto, mesmo crivado de defeitos, sofrendo duma loucura – lúcida, por momentos – foi sem dúvida o único presidente com qualidades de energia, de coragem e com prestígio.

Que o seu corpo um dia repouse em santa paz no jazigo familiar.

Praia das Maças, aos 30 de Agosto de 1919.

**Palavras de dois notáveis homens de
letras a respeito de José Júlio da Costa,
executor de Sidónio Pais**

**Conversando com José Júlio da Costa, o
executor de Sidónio Pais**

Confesso que saí com muito melhores impressões do que as que levava quando transpús o limiar da cela da Penitenciária, onde fui visitar o executor de Sidónio Pais. Sem deixar de reconhecer o enorme serviço que o atentado prestou à causa da Liberdade e a rara coragem de que José Júlio deu prova – coisa a que um revolucionário não pode ser indiferente – supunha-o todavia um partidário exclusivo do democratismo sectário, agindo mais por mesquinhas sugestões políticas do que por nobres impulsos humanitários. O seu gesto tivera

para os avançados, não o carácter reivindicador duma afirmação social, mas o significado estreito duma represália violenta. Não era um déspota que se liquidava, era um adversário que se suprimia. E isto desmerecia um pouco entre nós o belo gesto de José Júlio da Costa.

O executor de Sidónio solicitara por vezes ao redactor principal de *A Batalha* que fôsse vê-lo, êle ou eu. Naquela noite, como recebesse uma nova carta levada por D. Jenny – a misteriosa e gentil confidente e emissária do prisioneiro – Alexandre Vieira dissera-me:

– Vais tu lá?

– Pois vou!

E fui, com interêsse agora em estudar a curiosa personalidade do grande alucinado que abatera num audacioso gesto de

sobrehumana coragem a odiosa e truculenta ditadura incarnada num romântico Lohengrin tornado instrumento dócil das sobrevivências funestas, das terríveis fôrças opressoras que mantem a iniquidade no mundo.

José Júlio da Costa não é um taciturno, como vulgarmente sucede nestas criaturas excepcionais escravizadas por uma obsessão dominante. E' uma natureza exuberante e aberta, uma inteligência móbil, inquieta e buliçosa, que não vive um minuto de vida recolhida, exteriorizando-se todo, projectado sempre para fora da sua prisão e mobilizando febrilmente planos de batalhas, tácticas de acção política e social.

Estudei cuidadosamente a fisionomia do prisioneiro. Não tem o vestígio duma tara. O rosto é redondo, rosado, franco, alegre, de

feições puras e correctas e a testa larga, uma grande fronte rasgada que o cabelo erguido e alto, como um mato bravo, torna mais ampla ainda. Costa é um feixe de nervos. Um aperto de mão dele é um choque eléctrico que se recebe. Levanta-se sempre quando fala. A sua conversa é cortada freqüentemente de explosões súbitas de arrebatamento, mas, pormenor curioso, não é enfático nem declamador, como poderia supôr-se. Concatena naturalmente as ideias, sem artifícios nem *pose*, e só o gesto, as atitudes, o olhar aceso e relampagueante, a contracção dos maxilares num quási rãnger de dentes que assustam o desprevenido quando êle cresce para as pessoas nos seus momentos de exaltação, só estas particularidades poderiam talvez preocupar um psiquiatra. Não é um desequilibrado que

se atende com enfado, ou um pobre de espírito que se escuta complacentemente. Conversa-se agradavelmente com êle. E' sensato e não se irrita quando lhe contrariam as razões.

Supunha ir encontrá-lo abatido dos enclausuramentos rigorosos, das inclemências e maus tratos, e quebrantado das emoções sofridas quer dum possível rebate da consciência e dos riscos que a sua vida correu – sabe-se que lhe atiravam tiros para dentro do cárcere no govêrno civil – quer das imensas privações a que o sujeitaram os seus algozes.

**Porque foi que José Júlio da Costa matou
Sidónio Pais**

– ¿Nunca sentiu remorsos? perguntei-lhe.
Sempre é uma morte.

– Qual! Matava-o segunda vez, replicou de pronto e decidido, com a sua soberba energia leonina.

E, num repto.

– Eu tive Sidónio como uma figura sinistra, uma mentalidade alemã, misto de clerical e militarista, calcando com o seu tacão de ditador marcial as liberdades tam custosamente alcançadas nesta terra. Sou essencialmente um democrata que não recua ante os mais avançados ideais. Quero a democracia não para cristalizar nela, mas para que ela crie um ambiente novo e condições de viabilidade para o comunismo que eu considero a meta ideal da felicidade. Sou oportunista porque sou um lutador e não me fixo a um dogma. Combati em Africa,

combati em Timor, bati-me na rotunda e bater-me-ia em todos os lugares sob a bandeira mais avançada. Depois do desastre de 9 de Abril e da deportação para a África dos pobres rurais da minha terra – cujo movimento revolucionário contrariei, confesso, por supô-lo de todo inoportuno e destinado a um grave insucesso – depois dessas e doutras deportações políticas sem julgamento, por mero arbítrio dum homem; quando eu vi pobres mulheres e creanças nos lares sem pão, reverso horrível da caridade espectacular das *sôpas* com que se especulava na capital para encobrir monstruosas iniquidades; quando eu vi uma polícia cívica armada de carabina como em nenhum país civilizado e os espancamentos pelas autoridades dos prisioneiros, coisa inédita em política; quando eu vi a lei da

separação esfarrapada, as liberdades suprimidas e a reacção clerical erguer a cabeça e ditar a lei neste país de tantas tradições liberais, jurei a mim próprio matar o Sidónio, e desde que eu me dispus a fazê-lo Sidónio era um homem morto.

A soberba tranqüilidade com que isto era dito revelava uma tal energia no querer, uma tal fôrça de vontade em potência que eu não duvidei um momento.

– Quando fui matar o Sidónio ia naturalmente disposto a morrer também. Note o amigo que o meu gesto não foi um ataque traiçoeiro – avanço sempre de frente – não matei numa cilada, numa emboscada. Não atirei de longe uma bomba ou um tiro dentre a multidão. Quando na estação do Rossio o déspota marchava para a gare entre alas de polícias armados, afastei de repelão

os guardas e tive Sidónio seguro na bôca da minha pistola, tam certo de o abater como era convicção minha cair também ali. Porque eu sabia que ia morrer. Contava os segundos da minha vida. O aparato policial espantou até o próprio presidente, e a ferocidade da polícia não era de molde a dar-me esperanças de sobreviver ao meu acto. Mataram outro e eu escapei por um bambúrrio.

Recorda-se o assassinato de Carnot

José Julio da Costa não é, como o seu gesto poderia fazer crer, um anarquista militante embora simpatize com os ideais avançados. Tampouco um propagandista pelo facto.

– Casério foi um pateta, exclamou êle. O acto de violência deve ser útil, quer dizer prático, e ter um objectivo humanitário, de consequências proveitosas. O gesto de Casério deu, quando muito, origem a uma renovação presidencial; o meu livrou um país duma autocracia daninha.

O executor de Sidónio Pais é sobretudo um anticlerical, com a fobia da Igreja no mais alto grau. O primeiro acto que êle desejaria do triunfo do socialismo italiano, que considera inevitável, é o esmagamento da Roma papal, a pulverização do Vaticano. Roma, o imperialismo alemão e a democracia inglêsa sintetizam para êle o tríplice embaraço do desenvolvimento normal das sociedades para a felicidade e para a paz. Mas o clericalismo é sobretudo o grande inimigo. Vota-lhe um ódio de morte.

As suas simpatias pelo partido democrático derivam principalmente da combatividade desta agremiação política orientada para a Igreja católica. Em Afonso Costa vê êle apenas o autor da lei da separação.

Comquanto José Julio da Costa não tenha ingressado oficialmente no grémio da maçonaria, está com ela de alma e coração e da sua velha ideologia recolhe as sugestões combativas orientadas ainda dentro do critério racionalista, livre pensador e ateu de que se afasta já muito o pensamento revolucionário contemporâneo nítidamente anarquista e encarando a resolução da questão social como um problema essencialmente económico.

– E o que espera do futuro?
preguntamos-lhe por fim.

– Pessoalmente, desinteresse-me por

mim. Há muito que me acostumei a ter a vida em pouca conta. Lamento apenas não ter liberdade para agir, para actuar, porque sinto que com a minha fé, com o meu ideal, seria um forte obreiro na grande cruzada da renovação social.

Tal é José Júlio da Costa. Violento, enérgico, decidido, dotado duma extraordinária sensibilidade e obedecendo cegamente às determinações dos seus belos sentimentos de Liberdade e de Justiça, porque êle é todo sentimento, exclusivamente sentimento, perdendo a cabeça por um ideal, capaz de se matar por crença.

MANUEL RIBEIRO

Autor de «A Catedral»

10 DE JUNHO DE 1921

O CASO JOSÉ JÚLIO DA COSTA

Ouvindo o distinto jornalista Bourbon e
Menezes

– Não tenho dúvida nenhuma em dar-lhe, para *O Combate*, a minha opinião sôbre o assunto. Não tenho nunca duas opiniões: uma para mim e outra para o público. A minha opinião é sempre una e indivisível. Posso procurar para o meu pensamento a expressão mais adequada e mais precisa. O que nunca faço é afivelar-lhe uma máscara. Compreende: não tenho popularidade a defender ou a grangear. O meu amigo sabe já, porque lho disse outro dia, que, se sou

popular – é simplesmente porque ando nas ruas, a pé, como toda a gente...

E, após uma pausa, Bourbon e Menezes diz-nos, referindo-se a José Júlio da Costa, estas palavras que exactamente reproduzimos:

– Uma só coisa impede que êsse homem adquira o relêvo de um glorioso libertador: é a insignificância do ditador que êle abateu, desafrontando a República do vexame sufocante da sua ditadura. Sidónio Pais não foi um dêsses tiranos fulgurantes de que falou algures Junqueiro, que, mercê do seu génio militar ou do seu mérito político, emprestam uma ofuscante grandeza ao seu despotismo. Foi um tiranete de acaso, condenado irremissivelmente pela natureza precária do seu triunfo a uma gloriola embaïdora e efémera. Que alto objectivo o

conduziu? Em que ideal supremo se abrasou? Que fez ou quis fazer de grande? Dispam-no da infantil, da miserável lenda de bravura com que na sua impotência os seus servis panegiristas tentam engrandecer-lhe e sublimar-lhe a figura – e que fica? Mas é impossível negar àquele que, prostrando-o, desagravou a República do intolerável absurdo da sua usurpação, um impressionante espírito de sacrifício. O que distingue mesmo o delito de José Júlio da Costa é o seu carácter passional e desinteressado, isto é: essencialmente político, que o coloca, por sôbre os uivos dos fanáticos que para êle ressuscitaram os tormentos inquisitoriais, ao lado doutras figuras que nem por serem de matadores deixaram de ser já, consagradamente, de mártires da liberdade. O tiranicídio perde-se

na noite dos tempos e a êle recorreram e por êle se desafrontaram todos os oprimidos. Há até uma teoria de tiranicídio, cujas fórmulas mais subtis devemos aos teólogos. Quem ignora que Boucher (*De Justa Henrici III abdicatione*, 1859) e o jesuíta Mariana (*De rege*, etc., 1599) – para não citar outros – justificaram e preconizaram a morte violenta daquele que pela ilegitimidade da posse (*absque titulo*) ou pelo abuso do poder (*ab exercitio*) afronta o sentimento colectivo? Na história portuguesa há pelo menos dois crimes de morte pelos quais, até agora, ninguém se lembrou de amaldiçoar os seus autores: o do conde de Andeiro, sôbre cujo sangue o mestre de Aviz funda uma dinastia, e o de Miguel de Vasconcelos, sôbre o qual se restaura a independência da Pátria.

O respeito pela vida humana e os sofismas do despotismo

– O respeito pela vida, não apenas da vida humana, mas de toda a vida, é um postulado da moral universal, antes de ser um preceito jurídico. Mas, parafraseando Alphonse Karr, eu direi que: *Messieurs les gouvernants commencent.*

A vida de um ditador não é mais inviolável – permitam-me a expressão – do que a do mais humilde dos cidadãos. Invocar a intangibilidade da vida humana para assegurar a impunidade das mais abomináveis desumanidades é um sofisma revoltante! A verdade é que Sidónio Pais, fazendo uma revolta num país que estava em guerra, para deixar de a fazer, e numa república, para realizar uma pseudo-

pacificação nacional que não passou, de facto, de uma cruel perseguição de republicanos, cometeu graves violações de natureza moral e política. O mal tem um formidável poder de contágio. O dezembrismo envolveu tudo num tufão de insânia! O ano de 1918 foi, em Portugal, um ano de alvorôço, de sobressalto e – porque não dizê-lo? – de terror. Ora ao terrorismo de cima sucede sempre, replicando-lhe, o terrorismo de baixo. O «gesto» de José Júlio da Costa surgiu, irrompeu, fàiscou dessa atmosfera opressora e asfixiante de ansiedade e de humilhação. Foi expontâneo, involuntário e quási, por assim dizer, impessoal. Sejam os francos! Quem desfechou os dois tiros que tombaram Sidónio Pais, quem incarnou, num acesso de empolgante hiperestesia, a alucinação

homicida, foi êle. Mas se sôbre José Júlio da Costa incide, à face dura dos códigos, a dolorosa responsabilidade dêsse acto, arripiante sobretudo pelo sêlo de fatalidade trágica que o singulariza, a responsabilidade profunda, real, palpitante dêsse momento cabe a todos – o mesmo é que dizer que a ninguém pertence. O acto material sangrento que prostrou, físicamente, Sidónio, praticou-o êsse homem que há cerca de três anos, varando-o, liquidou a ditadura, restituindo à liberdade e à tranqùilidade milhares de pessoas. Mas êsse acto material foi a explosão tremenda e incoercível de um somatório espantoso de agravos, de atentados e de provações cuja integração psíquica êle arrebatadamente representou e personificou.

«Quem matou Sidónio Pais? Fomos nós todos. Porque não havemos de afirmar que o ditador se suicidou?»

– Quere que lhe diga de uma maneira sintética e expressiva o que penso desta questão? José Júlio da Costa é uma figura aparente, um símbolo, ia dizer «mito». Realmente, verídicamente, quem matou o ditador não foi êle: fomos nós todos! José Júlio da Costa disparou? Mas a pistola com que êle fez fogo sôbre o homem do 5 de Dezembro, mais do que de balas estava carregada de ódios. Mentalmente, antes de êle a disparar contra Sidónio Pais, já nós o tínhamos fulminado. A não ser que consideremos a tragédia de 14 de Dezembro de 1918 como um suïcídio. E é bem fácil interpretá-la assim! Vendo bem, Sidónio

Pais não foi assassinado: Sidónio Pais suicidou-se! O seu govêrno foi um abismo tenebroso. Os abismos possuem um estranho poder magnético de atracção. Devoram. Sidónio Pais despenhou-se nêle. O que nós todos vimos durante um ano, através de uma inexprimível emoção que se continha na altiva impassibilidade aparente que ao nosso brio era imposta, foi, na verdade, o rolar de um corpo no torvelinho de uma aventura dementada.

– Aventemos uma hipótese. Suponhamos que, levado perante um tribunal, José Júlio da Costa era mandado pôr em liberdade... Cuida que semelhante facto poderia ter quaisquer conseqüências?

– José Júlio da Costa pode ser àmanhã pôsto em liberdade, mas o que ninguém poderá contestar, mesmo que o absolvam, é

que êle tem já sôbre o seu acto uma expiação que vai próxima de três anos. E não receie que no estrangeiro essa absolvição causasse qualquer efeito moral que diminuísse o conceito do país. E' absurdo pensá-lo! Como sabe, os assassinos de Janrés – de Jaurés! – e de Essad-Pachá foram absolvidos em Paris...

ⁱ Referência Bibliográfica:

http://www.ipv.pt/millennium/15_spec2.htm (consultado a 07-03-2015)